
Celesc Geração S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Celesc Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

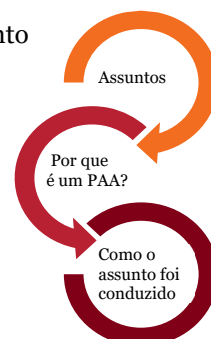
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Celesc Geração S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Notas nº 4.10 e nº 15.3

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 201.413 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Celesc Geração S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de



Celesc Geração S.A.

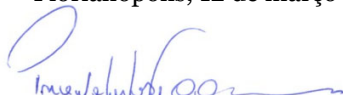
auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 12 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CELESC GERAÇÃO S.A. – CELESC G

**Subsidiária Integral das
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc**

**CNPJ: 08.336.804/0001-78
NIRE: 42.3.0003076-4
Inscrição Estadual: 255.267.177**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	5
1. APRESENTAÇÃO	5
2. PERFIL EMPRESARIAL	5
3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR	5
4. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE	6
5. AMBIENTE ECONÔMICO	7
6. AMBIENTE REGULATÓRIO	8
7. DESEMPENHO OPERACIONAL	11
8. INVESTIMENTOS	15
9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	17
10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	18
11. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	20
12. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	20
13. GOVERNANÇA CORPORATIVA	20
14. BALANÇO SOCIAL	22
15. AUDITORES INDEPENDENTES	23
16. AGRADECIMENTOS	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
BALANÇOS PATRIMONIAIS	24
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	25
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	26
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	28
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	29
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
1. CONTEXTO OPERACIONAL	30
2. PERFIL EMPRESARIAL	32
3. BASE DE PREPARAÇÃO	34
4. POLÍTICAS CONTÁBEIS	35
5. GESTÃO DE RISCO	41
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	44
7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	44
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	44
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	45
10. TRIBUTOS A RECUPERAR	46

11. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA	46
12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO	46
13. PARTES RELACIONADAS	47
14. INVESTIMENTOS	48
15. IMOBILIZADO	49
16. INTANGÍVEL	52
17. FORNECEDORES	52
18. DEBÊNTURES	52
19. TRIBUTOS	54
20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL	54
21. TAXAS REGULAMENTARES	56
22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	56
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
24. SEGUROS	59
25. RECEITAS	59
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	60
27. RESULTADO FINANCEIRO	61
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	61
PARECER DO CONSELHO FISCAL	62
RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	63
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	65
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	66

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, a Celesc Geração S.A. – Celesc G pode seguir firme com seus principais objetivos no ano de 2020.

No ano, a Empresa prosseguiu com seus investimentos em ampliação, automação e melhoria das usinas que compõem o parque próprio e no desenvolvimento de importantes projetos alinhados com as diretrizes do Plano Diretor do Grupo Celesc.

As obras de ampliação da PCH Celso Ramos, iniciadas em 2019, permaneceram em continuidade em 2020. A usina está localizada no município de Faxinal dos Guedes, sendo que o projeto de ampliação prevê incremento de 8,3 MW em sua capacidade instalada, totalizando 13,92 MW de potência total, com um montante estimado de R\$40 milhões. Ao final do ano, o projeto contava com mais de 80% de avanço físico.

Além das obras da PCH Celso Ramos, a Empresa manteve as tratativas junto ao órgão ambiental visando a reativação da Usina Marum, uma das mais antigas usinas do país – inaugurada em 1910, mas que foi desativada em 1972. Localizada no município de São José/SC, possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20 a qual foi tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal nº 18.707. Também tramitou junto ao IMA/SC, o processo de licenciamento ambiental para ampliação da Usina Salto Weissbach, que se configura na maior ampliação prevista dentre as usinas do parque próprio. Localizada em Blumenau, com potência de 6,28 MW, a usina opera desde 1914 e terá sua capacidade instalada acrescida em 23,0 MW.

Ainda no segmento de ampliações de usinas, a Empresa obteve, em 2020, aprovação junto à ANEEL do estudo de inventário do Rio Caveiras, localizado no Planalto Serrano Catarinense, visando a implantação do projeto de ampliação da CGH Caveiras, sendo o próximo passo a consolidação do projeto básico e respectiva submissão à aprovação do órgão regulador.

Ainda com o foco no parque próprio de geração, a Empresa tem direcionado investimentos para a eficiência de seus ativos, por meio da automação e *retrofit* das usinas. Esse processo foi iniciado em 2014, sendo reforçado a partir da renovação das concessões em 2016. Em 2020 a Celesc G concluiu a automação da Usina Cedros e contratou o projeto de automação da Usina Palmeiras, ambas localizadas no município de Rio dos Cedros/SC, sendo que o projeto da Usina Palmeiras está previsto para ser concluído em 2021.

A Empresa já realiza a operação remota das suas usinas a partir do Centro de Operação da Geração – COG, sendo que em 2020 realizou um importante investimento com a implantação de um novo sistema supervisor, garantindo maior eficiência na gestão da operação do parque gerador. As novas automações visam ampliar a eficiência e dar maior confiabilidade à operação pelo COG.

Outros investimentos de melhoria e manutenção foram realizados ao longo de 2020, visando o perfeito desempenho das usinas. Neste sentido, cumpre-nos destacar que o processo de fiscalização de barragens, iniciado em 2019 pela ANEEL, foi concluído em 2020 por meio dos respectivos termos de arquivamento, os quais atestaram que a Empresa está em conformidade com a legislação vigente, reforçando o compromisso da Celesc com o desempenho operacional de seus ativos de geração, bem como a segurança de suas operações.

No segmento de transmissão de energia, em 2020 a EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada entre EDP Energias do Brasil e Celesc G a partir do êxito no Leilão nº 005/2016 ANEEL de 2017, deu continuidade às obras de implantação do Lote 21, projeto que cruza 29 municípios catarinenses e que reforçará o sistema de Alta Tensão no estado, viabilizando nova conexão com o Sistema Interligado Nacional. O investimento é da ordem de R\$1,1 bilhão.

Destaca-se também em 2020, o desenvolvimento de estudos em geração distribuída, comercialização de energia e em transmissão de energia, direcionamento dado pelo novo Plano Diretor do Grupo Celesc, o qual foi revisado em 2019.

Como resultado das ações e investimentos desenvolvidos, a Celesc G vem mantendo o histórico de desempenho econômico-financeiro positivo. Neste ano, a Empresa comercializou o montante de 670,5 GWh, volume 3,16% menor que 2019 influenciado principalmente por uma ligeira redução do *GSF* ao longo do ano, e da diminuição do volume de energia comprada para revenda. O faturamento global foi de R\$170,7 milhões, montante 3,81% superior em relação ao exercício anterior. Destaque, ainda, para o Lucro Líquido de R\$81,9 milhões, com Margem Líquida de 53,59%, e o EBITDA que ficou 3,66% acima do realizado em 2019, fechando o ano em R\$115,0 milhões.

Tais resultados convergem com a diretriz estratégica da Empresa, a qual visa sobretudo a maximização de sua eficiência operacional, gerando valor de forma sustentável e com flexibilidade para atuação frente ao dinamismo do mercado.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este relatório está à disposição para acesso público no *website* da Celesc, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação no Município onde está localizada a sede da Empresa e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, o Grupo Celesc, do qual a Celesc G é integrante, divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da **Global Reporting Initiative – GRI**, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: www.celesc.com.br/ri

2. PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1. Grupo Celesc

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como Holding em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. Além disso, detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão.

3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR

As premissas estratégicas da Celesc fazem parte de seu Plano Diretor Celesc 2025-2035, um plano amplo e de longo prazo, reestruturado e aprovado em 2019 (do então denominado Celesc 2030). Foi revisado em 2020 em função do cenário sem precedentes históricos recentes, decorrentes da pandemia da COVID 19, a partir de incansáveis estudos de cenários, ambições dos *stakeholders* e as diretrizes vinculadas à gestão estratégica. O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento e Objetivos Estratégicos e as macro metas até 2025 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5anos e o detalhamento dessas Iniciativas Estratégicas aos Projetos de Eficiência Operacional.

Na revisão anual de 2020, foram mantidos a Identidade Corporativa e o Posicionamento Estratégico, que aponta para estratégia de capitalização de sinergias em volta do principal negócio da empresa.



O mapa estratégico, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, conforme demonstrado a seguir:



Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Recuperação de Receitas e Gestão de Provisões; (ii) Gestão de Investimentos; (iii) Automação e Transformação Digital; (iv) Investimento seletivo em novos negócios; (v) Gestão por Processos e Metas. Essas Iniciativas foram desdobradas em 14 projetos, que no processo de revisão teve a acrescimo de um projeto de Segurança no Trabalho.

4. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha de Defesa, conforme o modelo das Três Linhas do *Global Institute Of Internal Auditors* (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

4.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

O Grupo Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Empresa, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos. Esta política foi revisada na íntegra, considerando os aspectos legais vigentes, estrutura da empresa, *benchmarking*, melhorias nos processos afetos e foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020, conforme registro em ata.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Empresa e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 - Leis das Estatais).

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos do Grupo Celesc.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Empresa conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica dessa Diretoria, há o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, que em 2020 realizou entre suas atividades principais, a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos com reporte ao CAE,

e revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, para na sequência, em 2021, realizar os testes de efetividade.

4.2. Compliance

A exemplo do ano anterior, a Diretoria Executiva reforçou em 2020, o apoio da alta administração ao Programa de *Compliance* por meio da assinatura da Carta Compromisso, assumindo a missão de patrocinar as ações e práticas de *Compliance* e contribuindo para uma gestão mais transparente e legítima.

Novos treinamentos sobre o Código de Conduta Ética e o Programa de *Compliance* (“Fazer o certo é bom para todos”) também foram desenvolvidos e disponibilizados ao público interno em plataforma EAD, contemplando o quadro de empregados, diretores e conselheiros através de trilhas de aprendizagem.

As trilhas de capacitação foram planejadas para promover a ideia de que a integridade vai muito além do cumprimento de deveres e obrigações, sendo um verdadeiro princípio que deve ser perseguido por todos na Empresa.

Da mesma forma que os treinamentos apontados, a comunicação exerceu um papel fundamental na efetivação de uma cultura de integridade. Nesse contexto, diversas peças publicitárias foram divulgadas mensalmente nos meios de comunicação interna para abordar temáticas relacionadas ao Programa de *Compliance* da Empresa.

Para fortalecer o conjunto de diretrizes internas, normativas de integridade foram criadas e outras revisadas.

Com o objetivo de identificar e avaliar o nível de exposição aos riscos de integridade nos relacionamentos comerciais firmados pela Celesc, o processo de análise de integridade de agentes econômicos e parceiros foi aprimorado no ano de 2020, incorporando nova metodologia para classificação de riscos e dando ênfase às ações de monitoramento da gestão contratual.

A gestão de riscos de integridade foi outra importante iniciativa que teve continuidade na condução do Programa de *Compliance* da Celesc. Com o apoio de consultoria especializada, foram mapeadas situações de risco e desenvolvidos planos de ação, ensejando o comprometimento de diversas áreas e gestores da Empresa na missão de consolidar uma cultura de integridade. O processo de gestão de riscos de integridade consta na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Celesc (<http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>).

Para conhecer mais sobre o Programa de *Compliance* da Empresa, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (disponível em <http://ri.celesc.com.br/>).

4.3 Proteção de Dados Pessoais

Alinhado ao valor e princípio de Ética na conduta com pessoas e processos, a Celesc reforça o compromisso com o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus clientes em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para garantir a conformidade com a LGPD foi designado um Encarregado de Dados.

Foram realizadas apresentações e workshops internos para promover a cultura de privacidade, bem como foi publicada a Política de Privacidade (disponível em <https://www.celesc.com.br/politica-de-privacidade-celesc>). Em 2020, também houve a contratação da empresa de consultoria Ernst & Young para realização do diagnóstico da adequação dos processos atuais à Lei e apoiar na jornada de conformidade.

5. AMBIENTE ECONÔMICO

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e, a inflação, nos suprimentos e PMSO.

O ano de 2020, que iniciou com perspectivas positivas para a economia brasileira, foi marcado pela reviravolta proporcionada pela Covid-19. Restrito à China no começo do ano, o vírus se alastrou pelo mundo, atingiu dimensão e gravidade inéditas e levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a situação como pandemia global no mês de março. Para conter a propagação do vírus e evitar o colapso de seus sistemas de saúde, os governos foram obrigados a tomar medidas drásticas e o isolamento social foi implantado como barreira contra a disseminação do vírus. Tomada pela incerteza e pelo medo, a economia global parou, levando a um choque simultâneo de oferta e demanda aos mercados. Os governos e bancos centrais, a fim de amenizar os impactos econômicos e sociais, injetaram massivos estímulos monetários e fiscais. No âmbito interno, o cenário brasileiro não divergiu do internacional e medidas sanitárias e econômicas de mitigação à crise do coronavírus também foram estabelecidas.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é considerado uma prévia do PIB, teve um resultado negativo de 4,04% registrado no acumulado de 2020. Esse indicador incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 4,52% em 2020. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou 23,52% como resultado da elevada variação cambial ocorrida no período.

A Taxa de Juros medida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic fechou o ano a 2,00% decorrente dos fortes estímulos da política monetária à economia. A taxa de juros real, considerando o IPCA, foi negativa no período.

No acumulado de janeiro a novembro de 2020, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou retração de 2,1%, resultado melhor que a média nacional, que recuou 4,5% no mesmo período.

6. AMBIENTE REGULATÓRIO

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

a) Leilão de Usinas Amortizadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362, de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira), e nº 7.246, de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os termos aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.

Em 2015, o MME, por meio da Portaria nº 218, determinou que a ANEEL promovesse leilão para licitação das concessões das usinas hidrelétricas, que não aderiram aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.783/2013. Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG, incluídas a Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M e a Remuneração para Melhorias – GAG Melhoria, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga – RBO em taxa de 9,04% real ao ano.

Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração. A Celesc G arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas abrangidas pela Lei nº 12.783/2013, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,6 milhões a título de Bônus de Outorga.

Por fim, como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 5 de janeiro de 2016. Tais contratos possuem vigência de 30 anos a partir da finalização dos prazo das concessões anteriores.

A tabela abaixo apresenta a relação das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total		63,20	43,34	

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a Celesc G decidiu prorrogar a concessão da Usina Pery – UHE Pery, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, pelo regime de cotas. Assim, em 7 de julho de 2017 a Celesc G assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL, tendo como objeto a exploração do potencial de energia hidráulica da Usina, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência, prorrogando sua concessão pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Nos anos seguintes (2018 a 2020), a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL fixou a Receita Anual de Geração (RAG) para os próximos ciclos da UHE Pery, incluindo a GAG Melhoria junto à RAG, sendo que o valor da indenização dos ativos não amortizados referentes à ampliação concluída em agosto de 2013, durante a vigência do contrato de concessão anterior, não foram considerados para a definição do valor da RAG.

Desde então, a Celesc G vem discutindo com a ANEEL a forma de indenização do Projeto Básico de ampliação da UHE Pery.

c) Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015, autorização para ampliação da Usina PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, prevendo a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, definiu a garantia física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019, estando com 84% concluída até dezembro de 2020.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do Leilão nº 03/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.

Com a assinatura dos CCEARs no último trimestre de 2020, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 9.524, de 8 de dezembro de 2020, que alterou as características técnicas da PCH Celso Ramos, em aderência ao Despacho nº 939/2019, adequando também o cronograma de implantação das obras, previsto para conclusão ao final de março de 2021.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Empresa suspendeu as obras de ampliação da Usina Celso Ramos ao final de março de 2020, sendo que seu reinício se deu ao final de abril do mesmo ano, após a liberação das atividades principais e correlatas pelo decretos oficiais. Devido a essa suspensão, o prazo para conclusão das obras de ampliação da Usina passou para março de 2021, mantendo-se em linha com o cronograma regulatório.

d) Ampliação da UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28 MW.

Em 2019, a Celesc G protocolou o pedido para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA. Em junho de 2019, após manifestação daquele Instituto, a Celesc apresentou todas as informações técnicas condizentes com a referida etapa. Entretanto, em agosto daquele mesmo ano, o órgão ambiental solicitou um Estudo Integrado de Bacias, sendo que posteriormente em 2020 houve a dispensa do referido estudo, o que pode reduzir o tempo de análise do processo. Até o final de 2020, essa etapa do licenciamento ambiental permanecia em análise.

Após a emissão da LAI, o processo retorna para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que então será encaminhado à ANEEL para calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

e) Ampliação CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se

encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, sendo que este estudo foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL. Em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752, a ANEEL aprovou a revisão dos Estudos de Inventário e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento PCH Caveiras.

Em 17 de dezembro de 2020, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.592, que conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH. Assim, a Empresa deverá, no prazo de quatorze meses contados a partir do referido Despacho, elaborar o Projeto Básico e apresentar à ANEEL o Sumário Executivo.

Após a revisão e consolidação do projeto básico e respectiva aprovação pela ANEEL, será realizado o estudo de viabilidade ambiental, obtenção das licenças (prévia e de instalação) junto ao IMA/SC e aprovação do plano de negócios pela Empresa, para que o projeto seja licitado e construído.

f) Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para sua reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2020, a Celesc G manteve tratativas junto ao IMA/SC visando a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI, a qual foi aprovada pelo IMA/SC no terceiro trimestre do ano, porém sem publicação legal, formalização necessária para condução das próximas etapas.

Com a publicação da LAI pelo IMA, será elaborado o plano de negócios, visando a aprovação para contratação das obras.

g) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada pela EDP – Energias do Brasil, com participação de 90,00%, e pela Celesc G, com participação de 10,00%, venceu a disputa pelo lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, que aconteceu na B3, ao oferecer um deságio de 34,99%, ou uma proposta de receita anual permitida (RAP) de R\$171,824 milhões, ante o valor máximo de R\$264,343 milhões estabelecido pela ANEEL. As condições obtidas no leilão resultam em uma rentabilidade de 12% real acionista, acima da meta estabelecida no Plano Diretor da Empresa (10%).

O Lote 21 foi o terceiro maior projeto ofertado no leilão, e demanda investimentos previstos da ordem de R\$1,2 bilhão.

	Origem	Destino	Circuito (i)	Extensão Km	Tensão Kv
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 Siderópolis 2				525/230

(i) CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e Planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do estado.

Não obstante, a implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017, celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Neste sentido, em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Ofício nº 011/2019, informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A. Por meio da Nota Técnica nº 501/2019, a ANEEL autorizou a implantação do reforço ainda em 2019. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar

o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento deste terceiro autotransformador, previsto pela ANEEL, é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP adicional no montante de R\$5 milhões.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 no projeto, as atividades relacionadas à fabricação de equipamentos puderam ser mantidas, conforme decreto estadual vigente. Contudo, como o projeto abrange aproximadamente 30 municípios catarinenses e número elevado de trabalhadores, as obras civis estiveram suspensas até o início de junho de 2020, quando foram retomadas gradativamente. A Empresa avalia que o cronograma regulatório não foi prejudicado, sendo que o prazo para operação comercial de todo o projeto é agosto de 2022.

h) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2020

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$) Ciclo 2020/2021	Receita Mensal (R\$) Ciclo 2020/2021
UHE Pery	10.474.530,55	872.877,55
UHE Garcia	10.821.565,74	901.797,14
UHE Bracinho	13.725.718,15	1.143.809,85
UHE Cedros	9.808.376,89	817.364,74
UHE Palmeiras	21.243.017,34	1.770.251,44
UHE Salto	6.739.359,83	561.613,32

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Civas de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

Os laudos de segurança foram elaborados e finalizados pela consultoria especializada no segundo semestre do ano, sendo o resultado satisfatório e as ações recomendadas para adequações e manutenção das estruturas serão tomadas no decorrer do ano de 2021, citando entre elas a contratação de empresa para instalação de instrumentação de barragens e projeto executivo de adequações civis aos critérios atuais da Eletrobras.

Também encontra-se no planejamento de ações da empresa a contratação de empresa de engenharia consultiva para a elaboração de RPS – Revisão Periódica de Segurança, onde os PSB/PAE serão totalmente revisados, com atualização de dados hidrológicos, novos estudos de “dam break”, simulação computadorizada das áreas afetadas e divulgação dos resultados aos órgãos de defesa civil envolvidos. De acordo com a Resolução ANEEL nº 695/2015, a Celesc G tem até o ano de 2022 para a entrega das revisões.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1. Cenário Hidrológico

Em 2020, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva, com destaque para a redução das paradas de manutenção em 2,15% do Parque Gerador e acréscimo das paradas para realizar investimento em 0,99% do Parque Gerador.

Na somatória dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2020 com um acréscimo de disponibilidade da sua potência em 0,94% possibilitando maior produção de energia. Porém, apesar de ter possibilitado maior produção de energia, o resultado da geração do ano foi inferior a 2019 por conta da restrição hídrica, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água 41,16% em média.

Desempenho Operacional	2019	2020	Variação %
Indisponibilidade Manutenção:	9,36%	7,21%	↓ 22,97%
Indisponibilidade Investimento:	4,02%	5,01%	↑ 124,63%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,27%	0,49%	↑ 181,48%
Indisponibilidade Hídrica:	25,82%	41,16%	↑ 159,41%

Destacamos ainda que o resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2020 representou uma variação de 36,98% abaixo do verificado de 2019.

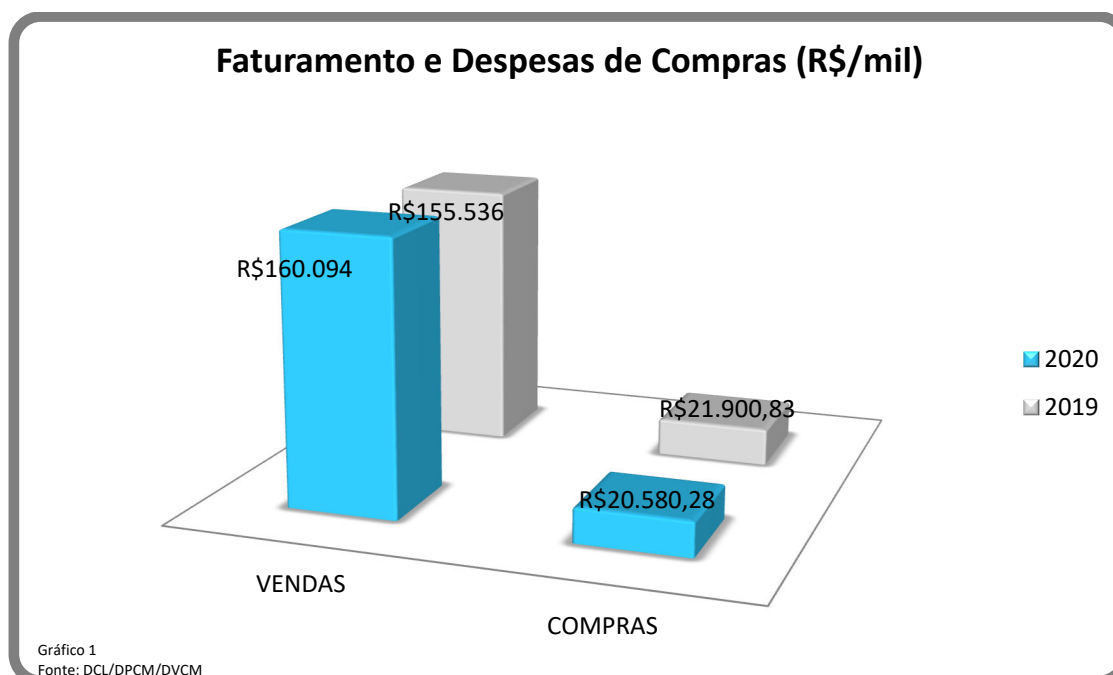
Produção de Energia do Parque Gerador Desempenho Operacional em GWh						
Usinas	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2019	2020	Variação	2019	2020	Variação
	104,63	94,41	-9,77%	458,46	324,4	-29,24%
UHE Palmeiras	26,84	21,86	-18,57%	125,12	80,47	-35,68%
UHE Bracinho	14,30	12,23	-14,50%	64,91	43,53	-32,94%
UHE Garcia	10,88	12,81	17,78%	38,94	52,11	33,81%
UHE Cedros	4,17	9,02	116,20%	27,82	22,22	-20,12%
UHE Salto Weissbach	8,09	8,50	5,02%	14,85	28,56	92,35%
UHE Pery	23,36	19,01	-18,63%	97,44	63,16	-35,18%
PCH Celso Ramos	4,80	4,50	-6,18%	25,43	26,28	3,36%
CGH Caveiras	5,69	4,34	-23,81%	23,22	13,53	-41,75%
CGH Ivo Silveira	4,30	0,33	-92,25%	19,18	1,37	-92,87%
CGH Pirai	0,78	1,00	27,97%	3,12	3,05	-2,10%
CGH Rio do Peixe	0,94	0,46	-51,24%	3,70	2,15	-41,80%
CGH São Lourenço	0,50	0,36	-27,37%	1,57	1,12	-28,63%
Fator de Capacidade Global	52,30%	40,07%	-23,38%	54,90%	34,60%	-36,98%

7.2. Comercialização de Energia

Em 2020, a Celesc G registrou faturamento global de R\$160,0 milhões, montante 2,93% superior ao ano de 2019, que registrou R\$155,5 milhões de faturamento. Apesar da pandemia, não foram registrados casos de inadimplência.

Em 2020, foram gastos R\$20,5 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, redução de 6,03% em relação a 2019. Tal redução pode ser creditada ao menor valor médio do MWh comprado em 2020, que ficou 1,82% mais barato em 2020, além de uma redução de 4,29% no volume adquirido.

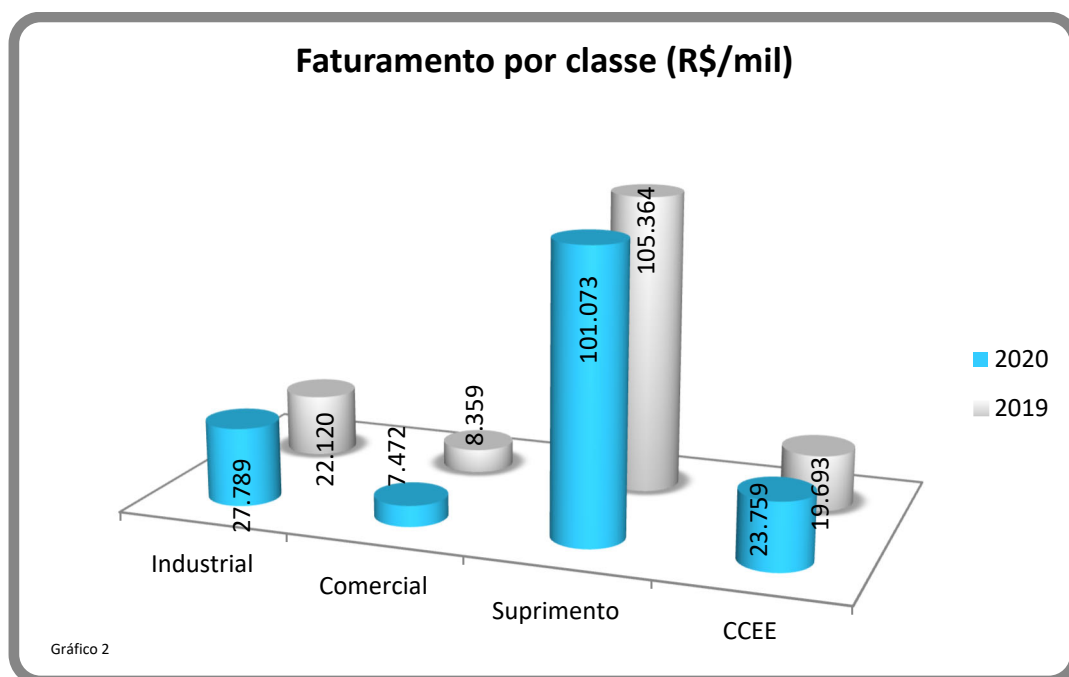
O Faturamento total e as Despesas com Compra de Energia em 2020 e em 2019 apresentaram o seguinte desempenho:



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$9,7 milhões em 2020 contra R\$9,8 milhões em 2019.

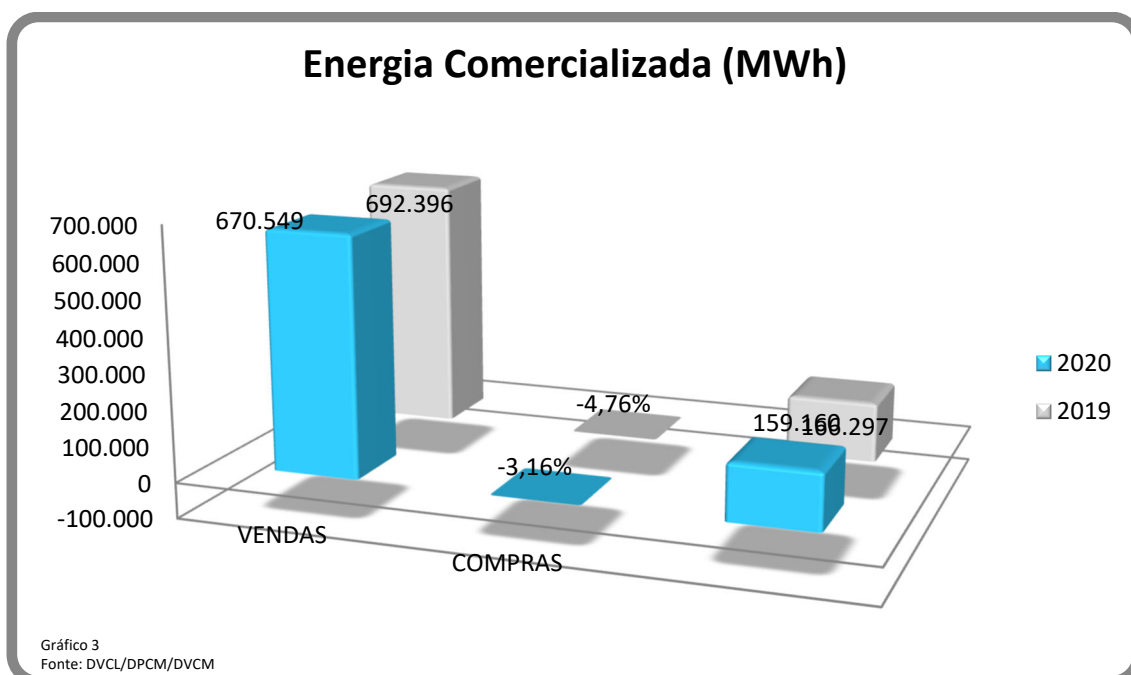
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$23,7 milhões contra R\$19,7 milhões em 2019, incluído o valor de R\$7,1 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao *GSF*, além de R\$9,3 milhões relativos a juros e atualizações monetárias, decorrentes da combinação de inadimplência e disparada do IGPM, taxa utilizada para correção na CCEE.

O Faturamento por classe em 2020 e 2019 apresentou o seguinte desempenho:



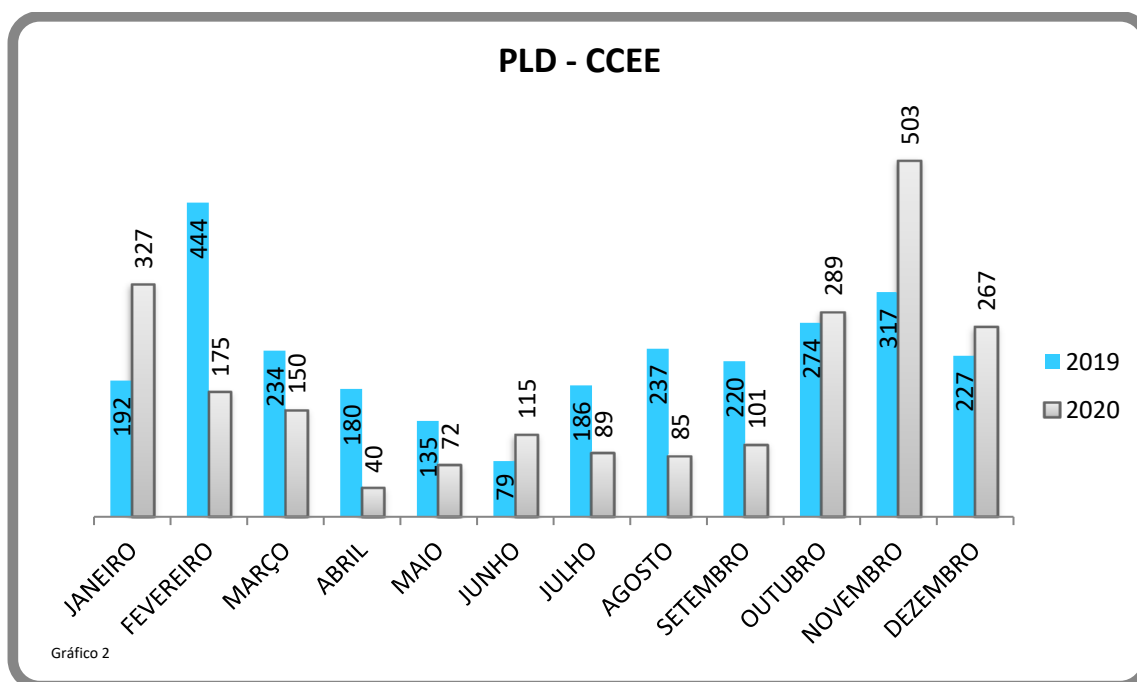
A energia elétrica comercializada em 2020 chegou ao montante de 670.549 MWh, inferior em -3,16% quando comparado ao montante de 692.396 MWh comercializado em 2019.

O montante total de energia comprada, em 2020, chegou a 159.160 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2019, que foi de 166.297 MWh.



O PLD médio anual (R\$184,42/MWh) teve significativa redução em 2020 em relação ao ano anterior (R\$225,65/MWh). Mesmo com a baixa hidrologia, a redução da carga no Sistema Integrado causada pela pandemia derrubou o preço da energia no mercado

de curto prazo durante alguns meses. Com a gradual volta da atividade econômica, e afluições abaixo da sua média histórica, o PLD voltou a subir, mas não o suficiente para igualar a média de 2019.



7.3. Ações Ambientais

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No ano, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 15,86 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais e outros produtos químicos.

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro e rerrefino. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilos Policlorados – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. Ao longo dos 35 anos da preservação dessa área, até 2019 foram evitadas emissões equivalentes a 994.061,19 tCO₂, e houve a remoção permanente de 198.893,00 tCO₂ e um custo social do carbono estimado em R\$76.225.146,81. O relevo nessa região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Essas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

Em novembro de 2019, a Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo que posteriormente foi instituído pela Portaria IMA nº 028/2020 a equipe técnica de ambas as instituições que está coordenando e acompanhando os processos necessários para efetivação da UC. Atualmente, se encontra em fase avançada de regularização fundiária do local, visto que a caracterização fundiária é fundamental para orientar o órgão ambiental na definição da categoria da unidade, bem como definir o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

c) Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente, a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Marum (Portaria SDS nº 273/2019).

d) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

A Celesc G está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo, também possui junto ao IBAMA, a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos, e nos Núcleos e Unidades.

e) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório

No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras, a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a essas Usinas e em 2019, da Usina São Lourenço. Essas propostas foram consolidadas em planos ambientais de conservação e uso do entorno desses reservatórios, aos quais foram encaminhadas ao IMA/SC para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos desses reservatórios, a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas. Essas propostas permanecem em processo de análise pelo IMA/SC.

f) Gestão Fundiária

No ano de 2020, foram realizadas diversas atividades para atendimento do projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, medições em campo e nivelamento geométrico, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA. Também foi realizada retificação administrativa dos limites dos terrenos das usinas Celso Ramos, Rio do Peixe, Ivo Silveira, Pery e São Lourenço.

g) Readequação Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários

Dando continuidade às readequações iniciadas no ano anterior, a Celesc G realizou no ano de 2020 a última instalação dos novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários, sendo em 2020 implementado na Casa de Força I da usina Pery. Esse processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

h) Reposição Florestal no âmbito das obras de ampliação da Usina Celso Ramos

No mês de julho de 2020, a Empresa realizou o plantio de 514 mudas de espécies nativas em áreas associadas às obras de ampliação da Usina Celso Ramos, assim como procedeu a averbação junto à Matrícula do imóvel de uma área de compensação ambiental com 9.640m² coberta com vegetação nativa.

7.4. Inovação

Na trilha da mudança ocasionada pela transformação digital, a Celesc acelerou a implementação de processos inovadores e tecnológicos lançando, em novembro de 2020, o Programa de Inovação da Celesc (PRICE). O Programa surge para fortalecer a cultura de inovação da empresa e, já no lançamento, em ambiente virtual, os colaboradores da Celesc participaram de debates e palestras com convidados de todo o país para troca de conhecimentos sobre tecnologias aplicadas ao setor de energia, gestão de ideias, liderança na era digital e inovação. A proposta é o desenvolvimento de uma cultura estratégica com processos mais eficientes em energia elétrica e gestão inovadora dos recursos, mediada por novas tecnologias e criatividade.

Composto atualmente por quatro profissionais da Empresa, o Comitê Gestor de Inovação trabalha em parceria com o IEL/SC (Instituto Euvaldo Lodi Santa Catarina), a fim de realizar o diagnóstico, o planejamento e a capacitação de equipes para o desenvolvimento de processos mais inovadores, simultaneamente com a contratação de uma plataforma de gestão de projetos e ideias, e a criação de um ambiente colaborativo, que estimule a criatividade e a interação dos funcionários com novas tecnologias.

8. INVESTIMENTOS

Em 2020, os investimentos da Celesc G somaram R\$41,4 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Investimento	31.12.2020		31.12.2019		Variação
	R\$/mil	%	R\$/mil	%	
Geração de Energia Elétrica	41.421	100,00%	11.396	100,00%	263,47%
Participações Societárias	10.363	25,02%	1.476	12,95%	602,10%
Parque Gerador Próprio	31.058	74,98%	9.920	87,05%	213,08%

8.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62 MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando para 13,92 MW de capacidade instalada.

O Projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos teve a ordem de serviço emitida em 15 de julho de 2019. Os investimentos são de R\$40 milhões, sendo que até o final de 2020 a realização física era de 84%, tendo a Celesc G contabilizado R\$27 milhões.

Em dezembro de 2020, a Empresa concluiu a terceira emissão de debêntures, no montante de R\$37 milhões, com vencimento final em dez anos. A emissão, da espécie quirografia e com garantia da *holding* Celesc, foi realizada em série única. Os recursos das debêntures de infraestrutura serão destinados ao financiamento do projeto de ampliação da PCH Celso Ramos, com previsão de conclusão para março de 2021.

Ampliação da Usina Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, sendo que esse estudo foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020. O estudo importou o investimento de R\$203 mil.

Para 2021, a Empresa planeja a contratação da consolidação do projeto básico, visando a entrega para a Agência Reguladora até fevereiro de 2022.

Automação da Usina Cedros

Em continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e, em 2016, com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, a Usina Cedros e suas barragens passaram pelo processo de automação e *retrofit*, tendo sido concluído em 2020. O projeto total foi de R\$3,3 milhões, sendo R\$326 mil realizados em 2020.

Automação da Usina Palmeiras

A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. Em 2020, a Empresa contratou o projeto de automação e *retrofit*, tendo assinado a ordem de serviço em dezembro, o qual deverá ser concluído em 2021 com investimento da ordem de R\$4,7 milhões.

Unificação dos Softwares do Centro de Operação da Geração

A Celesc G concluiu em 2020 a implantação de um novo sistema supervisor para efetuar a gestão do parque gerador a partir do Centro de Operação da Geração (COG).

A implantação desta nova ferramenta para o COG está alinhada com os recentes investimentos nas usinas da Celesc G, que vêm sendo modernizadas e passando por processo de automação de suas instalações.

O novo sistema será responsável pela integração e unificação dos atuais sistemas supervisórios existentes, permitindo a padronização de telas, comandos, eventos e alarmes dos equipamentos e ativos das usinas. Vale ressaltar que o COG é responsável pela operação de turbinas e geradores, além de válvulas e comportas de reservatórios de água.

Com esse sistema, também será possível acessar através de dispositivos móveis, telas específicas com informações em tempo real dos principais indicadores de geração e *status* do parque gerador.

O montante investido foi da ordem de R\$700 mil.

Reforma na Usina Salto Weissbach

Iniciado em 2019, o projeto de reforma da Unidade Geradora nº 2 da Usina Salto foi concluído em 2020, com investimento da ordem de R\$1,4 milhão. Com esse investimento de manutenção, a usina centenária voltou à produção total neste ano.

Outras Melhorias no Parque Próprio

Entre as obras de melhoria, destaque para o início da manutenção da Unidade Geradora nº 2 da Usina Pery, com investimento previsto de R\$240 mil e desembolso em 2020 de R\$138 mil e fornecimento de cabos de força da Unidade Geradora nº 1 da Usina Bracinho, no valor de R\$100 mil.

Também, em 2020, após suspensão do processo licitatório por conta da pandemia do COVID-19, a Celesc G contratou a substituição do limpa-grades da Usina Pery no valor de R\$265 mil, sendo previsto sua conclusão em 2021, com o desembolso a ocorrer no próximo ano. Ainda em 2020, iniciou-se a contratação para substituição dos limpa-grades das usinas Salto Weissbach, Palmeiras e Bracinho, os quais serão realizados em 2021 com investimentos previstos da ordem de R\$840 mil.

8.2. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$10,4 milhões em 2020 sendo aplicados R\$10,0 milhões na EDP Transmissão Aliança para continuidade das obras e R\$0,4 milhões na Garça Branca Energética S.A., para suprimento de caixa e término de pagamentos do período de obras.

Embora tenha suspenso as obras temporariamente em 2020 por conta da pandemia do COVID-19 e dos decretos municipais referentes aos municípios onde o projeto está sendo implantando, a EDP Transmissão Aliança SC pode manter o andamento de algumas frentes de trabalho. O empreendimento possui entrada prevista em operação comercial para agosto de 2022 e ainda mantém perspectivas de antecipação.

Ainda em relação ao empreendimento EDP Transmissão Aliança SC, o reforço do sistema de transmissão na subestação Siderópolis 2, solicitado pela ANEEL em 2019, será executado em 2021 juntamente com as obras de implantação do projeto, no qual a Celesc G possui 10% de participação.

A tabela a seguir traz o resumo e a evolução dos investimentos realizados no ano.

Descrição	4º Trimestre			Acumulado 12 Meses		
	2019	2020	Variação	2019	2020	Variação
Investimentos em R\$Milhões	8,77	10,2	16,00%	11,4	41,4	263,50%
Investimentos em SPEs	0,39	0,07	-81,30%	1,48	10,4	602,10%
Usinas Parque Gerador Próprio	8,38	10,1	20,50%	9,92	31,1	213,10%

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc G apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um Lucro Líquido de R\$81,9 milhões, representando acréscimo de aproximadamente 10,3% se comparado ao exercício de 2019, cujo valor foi de R\$74,3 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2020 foi de R\$170,7 milhões, volume 3,8% maior que os R\$164,4 milhões realizados em 2019.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 2,8% em relação a 2019, R\$148,6 milhões, fechando o exercício de 2020 em R\$152,8 milhões.

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros (R\$mil)	2020	2019	Variação
Receita Operacional Bruta – ROB	170.674	164.411	3,81%
Receita Operacional Líquida – ROL	152.839	148.608	2,85%
Resultado das Atividades	108.978	105.604	3,19%
EBITDA Ajustado	113.611	99.241	14,48%
EBITDA	115.014	110.952	3,66%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	74,33%	66,78%	7,55 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	75,25%	74,66%	0,59 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	53,59%	49,97%	3,62 p.p.
Resultado Financeiro	(3.064)	(2.971)	3,13%
Ativo Total	768.715	718.585	6,98%
Imobilizado	201.413	174.778	15,24%
Patrimônio Líquido – PL	568.987	514.777	10,53%
Lucro Líquido	81.909	74.262	10,30%

A variação positiva no resultado foi decorrente, principalmente, do aumento da Receita Operacional Bruta – ROB, sobretudo no que diz respeito à Receita de Fornecimento de Energia, que teve um desempenho individual 15,7% superior ao ano de 2019, que representa um valor de R\$4,8 milhões,

Um outro fator que contribuiu significativamente para o aumento do Lucro Líquido foi o melhor Resultado da Equivalência Patrimonial das investidas, que passou de R\$4,4 milhões em 2019 para R\$10,0 milhões em 2020.

Também contribuiu para resultado da Celesc G o Teste de Recuperabilidade das usinas de seu Imobilizado (*Impairment Test*), que entre provisões e reversões teve um efeito positivo de R\$1,4 milhões.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir.

Conciliação do EBITDA (R\$mil)	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido	81.909	74.262
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	24.005	28.371
Resultado Financeiro	3.064	2.971
Depreciação e Amortização	6.036	5.348
EBITDA	115.014	110.952
Provisão/Reversão Perdas <i>Impairment</i>	(1.403)	(11.711)
EBITDA Ajustado	113.611	99.241

O EBITDA do exercício de 2020 atingiu o valor de R\$115,0 milhões, ficando 3,6% superior em relação a 2019, que foi de R\$111,0 milhões. A margem EBITDA passou de 74,66% no exercício de 2019 para 75,25% em 2020.

O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *Impairment Test*, atingiu, no exercício de 2020, o valor de R\$113,6 milhões, ficando 14,5% superior em relação a 2019. A margem EBITDA Ajustado foi de 74,33% no exercício de 2020 sendo 7,55 p.p. maior que o ano de 2019.

Abaixo, mais alguns índices do desempenho econômico-financeiro:

Índices	2018	2019	2020
Liquidez Geral	2,20	2,48	2,43
Liquidez Corrente	1,48	2,48	1,42
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	11,53%	15,20%	15,12%
Endividamento Geral	30,48%	26,59%	25,98%

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, processos e serviços prestados à sociedade. O seu compromisso permanente com a responsabilidade socioambiental está respaldado por seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de eficiência energética e em seus planos de ação.

A sua Política de Responsabilidade Socioambiental está fundamentada em sete diretrizes, a saber: Direitos Humanos; Sustentabilidade Local; Comunicação; Prevenção; Integridade; Adequação e Evolução as quais, incorporadas à gestão da Empresa, agregam valor ao seu propósito de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

10.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A atuação da Celesc G segue comprometida com a melhoria contínua, a qualidade e a sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

Finalmente, atenta aos cenários globais, a Empresa, possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc e sua subsidiária Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades), que futuramente podem se tornar uma ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e/ou compensação de emissões. Os inventários de GEE seguem a metodologia do *GHG Protocol*, são auditados por empresa externa e estão disponíveis no **Portal Registro Público de Emissões**.

10.2. Compromisso com os Empregados

Ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Entre os programas, destacam-se o compromisso com a capacitação e desenvolvimento de pessoas, a promoção da inclusão e valorização da diversidade, prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e adoecimento dos trabalhadores, assistência à reeducação e readaptação profissional.

O “Jeito de Ser Celesc” é a maior representação deste compromisso, pois reúne as competências essenciais esperadas dos celesquianos, que associadas ao programa de gestão de desempenho, se propõe a desenvolver a força de trabalho ao longo de um acompanhamento contínuo de seus líderes.



As diretrizes e decisões tomadas visam sempre construir um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A grande ferramenta para monitorar e buscar melhorias é a Pesquisa de Clima por Pulsos, onde os líderes possuem informações contínuas sobre suas equipes, que passam por sentimentos em relação à carreira, ambiente de trabalho e também saúde.

A Celesc entende sua responsabilidade com a vida das pessoas e sabe o quanto é importante promover a saúde e qualidade de vida, um ótimo ambiente de trabalho e um comportamento seguro no trabalho e fora dele. Entende também que é essencial confiar nas atitudes das pessoas e em suas decisões, principalmente nas relações existentes nas equipes e também com seus líderes.

O compartilhamento de informações na Empresa é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (**CELNET**), todo empregado também tem acesso às instruções normativas e outras informações relevantes sobre sua carreira, benefícios, diretrizes da Celesc, entre outros. A transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre à padronização das técnicas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Empresa é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área. Outros destaques é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é prioridade e o compromisso que deve ser mantido com a ética nas relações, está documentado no seu Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. As licenças especiais, como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã, e outras vantagens, como auxílio-creche e babá, auxílio pós-graduação, auxílio estudante, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico, vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A Celesc procura valorizar todo potencial de seus colaboradores e honra todo comprometimento com ações de desenvolvimento humano. As pessoas sustentam os processos organizacionais que agregam valor a nossos consumidores, sendo a geração de valor à população uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal Política é gerenciada e aprimorada ano a ano por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política. Dessa forma, a formação de novos eletricitistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e vantagem competitiva. Além de

tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Empresa. Foram mais de 330 líderes capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados. O trabalho foi um sucesso, com retorno positivo de trabalhadores e lideranças.

A segurança do trabalho é um compromisso da Celesc e, em 2020, continuamos executando ações para reduzir o número de acidentes de trabalho e buscar o Acidente Zero. Mesmo com toda a dificuldade trazida pela pandemia, foram investidas muitas horas de treinamento, com grande reforço das ações de conscientização internas e externas, fazendo com que as pessoas se sintam protagonistas no comportamento seguro, com dedicação especial à realização de ações preventivas com toda a força de trabalho, especialmente empresas contratadas.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que reconheça os esforços de cada um e ajude a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar.

11. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Empresa e suas subsidiárias possuem a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

12. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Celesc G, em 31 de dezembro de 2020, subscrito e integralizado, é de R\$250,0 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

13. GOVERNANÇA CORPORATIVA

13.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais, 8 são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados. No quadro abaixo, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2020.

Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poleto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michele Silva Wingham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	João Manuel Brito Martins*
Representante Acionistas Preferencialistas	Fabício Santos Debortoli*
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

*Conselheiros Independentes

13.2. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Empresa, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores

Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

Representante Acionista Majoritário	Amir Antonio M. de Oliveira Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Thiago Sá Fortes Regis*
Representante Acionista Majoritário	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente*
Representante Acionistas Minoritários	Antonio Carlos Siegner Laporta*
Representante Acionistas Preferencialistas	Octavio Rene Lebarbenchon Neto*

*Conselheiros Independentes

13.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020:

Representante do Acionista Majoritário	Luis Felipe Ferreira Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Márcio Ferreira Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	Leandro Carron Rigamonte Suplente: João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente: João Gustavo Specialski

13.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Empresa é formada por 7 diretorias, sendo os diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance*.

Diretor Presidente	Cleicio Poleto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Pablo Cupani Carena
Diretor Comercial	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Pablo Cupani Carena
Diretor de Planejamento, Controles e <i>Compliance</i>	Marcos Penna

14. BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO		2020		2019			
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)			
- Receita Líquida (RL)		152.839		148.608			
- Resultado Operacional (RO)		108.978		105.604			
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)		-		-			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		Valor (mil reais)	% sobre FPB	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	
- Alimentação		-	-	-	-	-	
- Encargos Sociais Compulsórios		-	-	-	-	-	
- Previdência Privada		-	-	-	-	-	
- Saúde		-	-	-	-	-	
- Segurança e saúde no trabalho		26.068	-	33	-	0,02	
- Educação		-	-	-	-	-	
- Cultura		-	-	-	-	-	
- Capacitação e Desenv. Profissional		-	-	131	-	0,09	
- Creches ou Auxílio-creche		-	-	-	-	-	
- Participação nos Lucros ou Resultados		-	-	-	-	-	
- Outros		-	-	-	-	-	
Total - Indicadores Sociais Internos		26.068	-	164	-	0,11	
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		Valor (mil reais)	% sobre RO	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	
- Educação		-	-	-	-	-	
- Cultura		298	0,27	367	0,35	0,25	
- Saúde e Saneamento		-	-	-	-	-	
- Esporte		75	0,07	85	0,08	0,06	
- Combate à Fome e Segurança Alimentar		-	-	-	-	-	
- Outros		152	0,14	176	0,17	0,12	
Total das Contribuições p/ a Sociedade		525	0,48	628	0,59	0,42	
- Tributos (excluídos os encargos sociais)		41.730	38,29	44.141	41,80	29,70	
Total - Indicadores Sociais Externos		42.255	38,77	44.769	42,39	30,13	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		Valor (mil reais)	% sobre RO	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	
- Investimentos Relac. c/ a Produção/Operação da Empre		1.246	1,14	1.691	1,60	1,14	
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		-	-	-	-	-	
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		1.246	1,14	1.691	1,60	1,14	
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %			
		() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2020		2019			
- N° de empregados(as) ao final do período		-		-			
- N° de admissões durante o período		-		-			
- N° de empregados(as) terceirizados		16		38			
- N° de estagiários(as)		3		-			
- N° de empregados(as) acima de 45 anos		-		-			
- N° de mulheres que trabalham na empresa		-		-			
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		-		-			
- N° de negros(as) que trabalham na empresa		-		-			
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)		-		-			
- N° de pessoas com deficiência ou neces. especiais		-		-			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2020		2019			
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		-		-			
- Número total de acidentes de trabalho		1		2			
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		[] direção	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[X] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		[] não são considerados	[x] são sugeridos	[] são exigidos	[] não são considerados	[x] são sugeridos	[] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programa de trabalho voluntário, a empresa:		[] não se envolve	[] apoia	[X] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoia	[X] organiza e incentiva
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:		na Empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na Empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2020: 144.547		Em 2019: 145.694			
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		28,87% governo 9,83% colaboradores 4,64% terceiros 39,94% retido 16,72% acionistas		30,30% governo 9,83% colaboradores 8,90% terceiros 37,47% retido 13,50% acionistas			
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES		A empresa conta com 38 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios,					
CNPJ: 08.336.783/0001-78 UF: SC		Coordenação: Regina Schlickmann Luciano - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: reginasl@celesc.com.br					
Setor Econômico: Serviço Público de Energia El.		Contadora: Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriamr@celesc.com.br CRC/SC: 024.797/O-0					
"ESTA EMPRESA NAO UTILIZA MAO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NAO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NAO ESTA ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"							
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"							

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

16. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 12 de março de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	2020	2019 Reclassificado Nota 4.2
Circulante		119.428	189.225
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	54.668	137.640
Contas a Receber de Clientes	9	29.727	18.116
Estoques		92	102
Tributos a Recuperar	10	223	635
Adiantamento a Fornecedores		918	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	11	33.674	32.597
Outros		126	135
Não Circulante		649.289	512.019
Realizável a Longo Prazo		366.276	273.329
Mútuos	13	91.832	-
Depósitos Judiciais	22	353	369
Tributos a Recuperar	10	3.755	1.938
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	12	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	11	267.913	258.113
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		-	10.000
Outros		2	488
Investimentos	14	79.198	61.297
Imobilizado	15	201.413	174.778
Intangível	16	2.402	2.615
Total do Ativo		768.717	701.244

Passivo	NE	2020	2019 Reclassificado Nota 4.2
Circulante		83.849	76.249
Fornecedores	17	7.530	7.109
Debêntures	18	35.034	35.489
Tributos a Recolher	19	18.134	13.696
Taxas Regulamentares	20	1.249	965
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio - JCP Propostos	23	20.546	17.637
Outros		1.356	1.353
Não Circulante		115.881	110.218
Debêntures	18	88.202	87.052
Tributos Diferidos	20	24.469	19.596
Taxas Regulamentares	21	2.720	2.352
Provisão p/ Contingências	22	490	1.218
Patrimônio Líquido		568.987	514.777
Capital Social	23 – letra a	250.000	250.000
Reserva Legal	23 – letra b	21.700	17.604
Reserva de Retenção de Lucros	23 – letra b	279.900	228.493
Dividendos a Disposição da AGO	23 – letra d	2.798	3.527
Ajuste de Avaliação Patrimonial	23 – letra c	14.589	15.153
Total do Passivo		768.717	701.244

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Receita Operacional Líquida – ROL		152.839	148.608
Receita Líquida de Vendas	25	152.839	148.608
Custos de Vendas		(34.082)	(36.406)
Custo de Operação	26	(34.082)	(36.406)
Lucro Bruto		118.757	112.202
Despesas Operacionais		(9.779)	(6.598)
Vendas	26	(6.059)	(5.607)
Gerais e Administrativas	26	(15.434)	(16.287)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	26	1.665	10.848
Resultado de Equivalência Patrimonial	14 – letra b	10.049	4.448
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		108.978	105.604
Resultado Financeiro	27	(3.064)	(2.971)
Receitas Financeiras		3.357	9.586
Despesas Financeiras		(6.421)	(12.557)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL		105.914	102.633
IRPJ e CSLL	20 – letra d	(24.005)	(28.371)
Corrente		(19.132)	(18.918)
Diferido		(4.873)	(9.453)
Lucro Líquido do Exercício		81.909	74.262

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício		81.909	74.262
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		81.909	74.262

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Retenção Lucros	Dividendos Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial Custo Atribuído	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31.12.2018	250.000	13.891	180.595	2.434	15.706	-	462.626
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	74.262	74.262
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(553)	553	-
Mutações Interna do PL							
Reserva Legal	-	3.713	-	-	-	(3.713)	-
Dividendos e JCP	-	-	-	(2.434)	-	(19.677)	(22.111)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	47.898	-	-	(47.898)	-
Reserva p/ Destinação	-	-	-	3.527	-	(3.527)	-
Saldos em 31.12.2019	250.000	17.604	228.493	3.527	15.153	-	514.777
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	81.909	81.909
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(564)	564	-
Mutações Interna do PL							
Reserva Legal	-	4.096	-	-	-	(4.096)	-
Dividendos e JCP	-	-	-	(3.527)	-	(24.172)	(27.699)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	51.407	-	-	(51.407)	-
Reserva p/ Destinação	-	-	-	2.798	-	(2.798)	-
Saldos em 31.12.2020	250.000	21.700	279.900	2.798	14.589	-	568.987

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		105.914	102.633
Ajuste p/ Conc. o Result. do Exerc. c/ Recursos Provenientes de Ativ. Operacional		(42.251)	(41.543)
Depreciação e Amortização		6.036	5.348
Baixas de Ativo Imobilizado/Intangível		3	1.934
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i> de Imobilizado		(1.403)	(11.711)
Constituição (Reversão) de Provisão p/ Contingências Passivas		(728)	229
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i> de Investimentos		-	(3.421)
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)		-	3.421
Juros e Variações Monetárias		4.563	6.697
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		4.897	3.869
Resultado de Equivalência Patrimonial	14 – letra b	(10.049)	(4.448)
Atualização Monetária Bonificação de Outorga		(45.570)	(43.461)
Aumento (Redução) nos Ativos		25.190	16.720
Adiantamento a Fornecedores		(918)	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga		34.693	33.769
Contas a Receber de Clientes		(16.508)	(4.684)
Depósitos Judiciais		16	(15)
Estoques		10	46
Tributos a Recuperar		(2.109)	(2.419)
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital		10.000	(10.000)
Outros Créditos		6	23
Aumento (Redução) nos Passivos		(942)	4.955
Fornecedores		421	3.565
Tributos a Recolher		(2.018)	460
Taxas Regulamentares		652	534
Outros Passivos		3	396
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		87.911	82.765
Juros Pagos	18 – letra c	(6.064)	(12.157)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pago		(15.597)	(22.342)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		66.250	48.266
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível		(31.058)	(9.920)
Aumento de Capital nas Investidas		(10.363)	(1.476)
Redução de Capital nas Investidas		488	-
Dividendos Recebidos		2.511	749
Partes Relacionadas – Contrato de Mútuo com a Celesc D		(90.000)	98.037
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos		(128.422)	87.390
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamentos de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio - JCP	23 – letra d	(21.164)	(21.581)
Ingressos de Debêntures	18 – letra a	35.659	-
Pagamentos de Debêntures	18 – letra a	(35.295)	(26.470)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos		(20.800)	(48.051)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.972)	87.605
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		137.640	50.035
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		54.668	137.640
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.972)	87.605

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Receitas		165.777	160.542
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		170.674	164.411
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		(4.897)	(3.869)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(28.600)	(23.534)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		(26.735)	(29.207)
Materiais, Energia e Serviços de terceiros		(3.268)	(6.038)
Perdas/Recuperação de Ativos		1.403	11.711
Valor Adicionado Bruto		137.177	137.008
Depreciação, Amortização		(6.036)	(5.348)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		131.141	131.660
Valor Adicionado Recebido em Transferência		13.406	14.034
Receitas Financeiras		3.357	9.586
Resultado de Equivalência Patrimonial		10.049	4.448
Valor Adicionado Total a Distribuir		144.547	145.694
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		(14.200)	(14.323)
Salários		(13.487)	(13.614)
FGTS		(713)	(709)
Impostos, Taxas e Contribuições		(41.730)	(44.141)
Federais		(41.567)	(44.036)
Estaduais		(80)	(41)
Municipais		(83)	(64)
Remuneração de Capital de Terceiros		(6.708)	(12.968)
Juros		(5.699)	(11.859)
Aluguéis		(287)	(411)
Variações Monetárias		(87)	(159)
Outras Despesas Financeiras		(635)	(539)
Remuneração de Capitais Próprios		(24.172)	(19.677)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(24.172)	(13.597)
Dividendos		-	(6.080)
Lucro Retido do Exercício		(57.737)	(54.585)
Valor Adicionado Distribuído		(144.547)	(145.694)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo: I) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; II) participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; III) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; IV) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; V) colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; VI) colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade, e; VII) pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está domiciliada na Avenida Itamarati, 160, Bloco A1, Térreo, Bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

1.1. Pandemia do Coronavírus – COVID-19

A infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19) gerou fortes impactos na sociedade brasileira e mundial e, por isso, foram adotadas severas medidas – tanto pelo Governo Federal quanto pelos Órgãos de Saúde e Órgãos Ministeriais – para fins de evitar a disseminação rápida do vírus.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou o COVID-19 como pandemia.

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto nº 507, que versou sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo COVID-19 nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências. Neste mesmo dia, a Celesc publicou a Resolução PRE/DGC nº 037/2020 com as medidas necessárias de combate ao contágio no âmbito da Celesc.

O Governo do Estado de Santa Catarina, atento aos efeitos da pandemia, publicou, em 17 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 515, declarando a situação de emergência em todo o território catarinense, com o intuito de realizar a restrição drástica da circulação de pessoas.

No dia 18 de março de 2020, o Ministro de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 117/GM e instituiu o Comitê Setorial de Crise. Em seu Anexo II, inciso III, foi determinado que as empresas de economia mista e estatais vinculadas deveriam apresentar plano de ação ao Ministério, abrangendo as suas respectivas atividades, com vistas à manutenção da prestação dos serviços.

Em 18 de março de 2020, a Celesc criou então o Comitê de Crise COVID-19 com foco principal no acompanhamento diário do fluxo de caixa e de ações mitigatórias que estavam sendo discutidas.

Foi publicado, em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo Federal nº 6, que reconheceu, exclusivamente, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data, foi também publicado o Decreto nº 10.282, que regulamentou a já citada Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Em 23 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 525, que dispôs sobre as novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19.

No dia 2 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 49, em desdobramento ao Comitê de Crise criado em 18 de março de 2020, foi criado o Comitê COVID-19 para identificar os riscos assumidos no planejamento orçamentário e estratégico da Empresa para o ano corrente e aqueles provenientes da crise da pandemia.

Expostas as regulamentações que abarcaram as disposições legais pertinentes ao tema “coronavírus” e seus efeitos, a Celesc vem acompanhando as ações que estão sendo discutidas, assim como implantando medidas de combate ao impactos que o COVID-19 pode provocar em seu Resultado Econômico e Financeiro.

1.1.1. Ações na Empresa

1.1.1.1. Proteção ao Caixa da Celesc G

Do ponto de vista orçamentário, a Celesc G revisou suas ações de investimento, postergando projetos de menor prioridade.

Além disso, durante o primeiro trimestre do ano, a Celesc G trabalhava na realização de uma nova emissão de Debêntures, no montante de R\$37 milhões, visando a implantação do projeto de ampliação da Usina Celso Ramos, cujas obras foram iniciadas em julho de 2019. Contudo, com o impacto da pandemia à economia, a forte instabilidade macroeconômica afetou sobremaneira o mercado de capitais e culminou com a descontinuidade dessa operação. Devido aos Decretos Federais e Estaduais, a Celesc G suspendeu as obras da referida ampliação no final de março de 2020, estabelecendo seu reinício para o final de abril de 2020, após a liberação das atividades principais e correlatas pelo órgãos oficiais.

Com o reaquecimento da economia e com as melhores condições para captação de recursos, a Empresa retornou ao mercado no último trimestre do ano, realizando nova chamada pública para emissão das Debêntures de Infraestrutura, processo este que foi concluído em dezembro. Assim, conforme Comunicado ao Mercado publicado pela Celesc em 23 de dezembro de 2020, fora concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Celesc G, no montante de R\$37 milhões, para o financiamento da ampliação da PCH Celso Ramos.

1.1.1.2. Enfrentamento da Pandemia

A Celesc formou um Comitê de Crise, em resposta à situação de pandemia e suas possíveis implicações para sua operação, considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no território catarinense.

O Comitê é responsável pelo encaminhamento de medidas e ações pertinentes ao contexto atual, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de março de 2020: Covid-19 – Esclarecimentos e Medidas Adotadas.

Dessa forma, a Empresa divulgou resolução com medidas de caráter preventivo, quais sejam:

- a) suspensão de viagens interestaduais e internacionais a trabalho;
- b) obrigação aos empregados que retornarem de viagens ao exterior de não comparecer ao local de trabalho nos 7 dias após sua chegada e, após o prazo, a obrigação de entrar em contato com a equipe médica da Celesc para avaliação;
- c) obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;
- d) possibilidade de trabalho remoto aos empregados com 60 anos ou mais, que sejam portadores de doenças respiratórias crônicas, que morem com idosos com doenças crônicas ou com pessoas que estiveram no exterior nos últimos sete dias, gestantes, lactantes e que possuam filho em idade escolar, cujas aulas tenham sido suspensas e não possuem outro responsável para seu cuidado ou necessitam revezar nessa atividade, bem como a possibilidade para os demais empregados da administração, pela gerência, da implantação do sistema de rodízio de *home office*, devendo ser mantidos os serviços essenciais necessários;
- e) orientação a todos os gestores de contratos para que as empresas contratadas sejam notificadas sobre a responsabilidade na adoção de todas as medidas necessárias no controle da disseminação do vírus em atendimento ao Decreto Estadual nº 507/2020;
- f) em desdobramento das primeiras medidas de distanciamento social, a Celesc criou, em 3 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 50, Comitê para discutir o plano de contingência para retorno escalonado dos empregados, e de acordo com orientações da Secretaria de Saúde do Estado de SC, considerando a COVID-19. Até o presente momento, a Celesc permanece mantendo parte de seus empregados em *home office*, com retorno gradual das atividades administrativas e de suporte, porém, com prioridade de *home office* até, pelo menos, o final de abril de 2021.

Por fim, o Comitê de Crise, alinhado com as ações das autoridades de saúde do Estado de Santa Catarina, mantém as avaliações dos possíveis impactos na operação da Empresa, adotando imediatamente as medidas mitigadoras cabíveis para a estabilidade dos negócios.

2. PERFIL EMPRESARIAL

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual no 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de geração foi repassada pela Celesc à Celesc G.

A Celesc G é subsidiária integral da Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

2.1. Parque Gerador Próprio

2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Parque Gerador Próprio – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafrá/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			106,97	67,19	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(**) Não se aplica

2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Nos últimos anos, norteada pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	(**)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	10,00	13,83	(**)	Revisão de Projeto Básico
Total			48,73	47,55	96,28		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão

(**) Depende de trâmites regulatórios

Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44

PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc Geração. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em 9 de setembro do corrente ano, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que regulamenta o risco hidrológico (GSF), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º.12.2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Principais destaques da resolução:

a) Inclusão da parcela livre (30% da GF) das usinas relicitadas em dezembro de 2015. Na parcela cativa que virou cotas (70%), o risco é do consumidor. Contribuição dos agentes, inclusive da Celesc G, para esse pleito ser atendido, pois inicialmente não estava contemplada na minuta inicial da resolução;

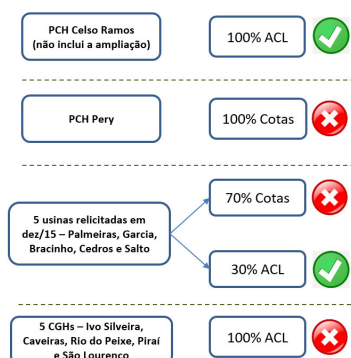
b) As CGHs não foram contempladas na proposta por operarem em regime de autorização e não de concessão, ou seja, não tem prazo de término;

c) Possibilidade de aceitação da proposta por empreendimento, e não mais por grupo econômico como foi na 1ª repactuação.

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que as mesmas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa às geradoras cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos advindos das parcelas de risco não hidrológico, impactados na formação do GSF, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente, possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível de reconhecimento do intangível. O ativo é reconhecido ao custo no grupo de intangíveis, assim que deliberado pela ANEEL e devidamente aceito por cada usina, e com vida útil igual ao novo prazo de concessão, sendo sua amortização linear.

Em 31 de dezembro de 2020, as usinas do parque gerador próprio, encontram-se na seguinte situação de contemplação da Lei nº 14.052/2020:



A Celesc G aguarda os valores e o prazo de extensão de suas Usinas e os impactos, considerando eventual desistência da ação judicial, requisito para obtenção da compensação. Nesse contexto, a Administração está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Empreendimento de Transmissão

2.2.1. Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e Planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o contrato de concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (KV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simples	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simples	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	Simples	27,8	230
Total				433,1	
SUBESTAÇÃO	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação de um trecho e da subestação foram emitidas no início de 2019 e a licença para os quatro trechos restantes foi emitida ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de

Administração da Empresa em 11 de março de 2021.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD; (Nota 9)
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga; (Nota 11)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros;
- e) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 22)
- g) Depreciação. (Nota 15)

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no balanço patrimonial.

4.2. Reclassificação de saldos no Balanço Patrimonial

A Celesc G revisou suas políticas contábeis, objetivando a melhor apresentação dos seus ativos e passivos.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*). Vale ressaltar que, mesmo havendo reclassificações no Balanço Patrimonial, não houve qualquer alteração na Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Empresa decidiu suprimir as rubricas “Partes Relacionadas” do Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, somando-as em “Outros”, por entender que existem outros valores que também fazem parte do mesmo contexto e que estavam demonstrados em rubricas específicas (Nota 13, item a). Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Ativo	2019	Reclassificação	2019 Reclassificado
Circulante	189.225	-	189.225
Despesas Antecipadas	134	(134)	-
Outros	1	134	135
Não Circulante	512.019	-	512.019
Realizável a Longo Prazo	273.329	-	273.329
Partes Relacionadas	488	(488)	-
Outros	-	488	488
Investimentos	61.297	-	61.297
Imobilizado	174.778	-	174.778
Intangível	2.615	-	2.615
Total do Ativo	701.244	-	701.244

Passivo	2019	Reclassificação	2019 Reclassificado
Circulante	76.249	-	76.249
Partes Relacionadas	1.276	(1.276)	-
Outros	77	1.276	1.353
Não Circulante	110.218	-	110.218
Patrimônio Líquido	514.777	-	514.777
Total do Passivo	701.244	-	701.244

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Os novos *amendments*, às normas existentes, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, foram emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Empresa analisou as revisões e não constatou impactos contábeis relevantes em suas Demonstrações Financeiras.

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro Conceptual (Framework) – A revisão incluiu novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre como divulgar informações sobre o desempenho financeiro; melhorias nas definições de ativos e passivos, e orientações de suporte a essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, como as funções de administração, prudência e mensuração de incerteza nos relatórios financeiros.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) – Reforma da taxa de juros de referência (LIBOR) em função dos potenciais impactos em certas relações de proteção (*hedge*).

CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16) – Inclusão de um novo expediente prático no qual a contabilização do benefício concedido, em decorrência da COVID-19, não precisa seguir orientação de modificação de contrato.

CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3) – Nova definição para reduzir a diversidade de reconhecimento entre aquisição de ativos ou combinação de negócios. As alterações permitem que essa avaliação seja feita de uma maneira mais simples.

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Definição de “material” e orientações para ajudar a melhorar a consistência na aplicação do referido conceito sobre um item, transação ou outro evento, determinando assim se as informações devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras.

4.4. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7	CPC 48/ CPC 40	Reforma LIBOR (Fase 2), aborda questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição).	01/01/2021
IAS 37	CPC 25	Classificação de custo oneroso para cumprimento de um contrato. Na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 16	CPC 27	Proibição da entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.	01/01/2022
IAS 1	CPC 26	Classificação de passivos como corrente ou não corrente	01/01/2022
IFRS 3	CPC 15	Atualização para referência à nova Estrutura Conceitual	01/01/2022
IFRS 9	CPC 48	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste “10%” para desreconhecimento de financeiro passivos	01/01/2022
IFRS 16	CPC 06	Incentivos de arrendamento (alteração ao Exemplo Ilustrativo 13)	01/01/2022
IFRS 17	CPC 25	Contratos de seguro	01/01/2023

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa.

4.5. Principais Políticas Contábeis

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

a) Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 49% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil

do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. O investimento da Empresa em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.5.1. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.6. Instrumentos Financeiros

4.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Celesc G classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc G classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecido no resultado.

4.6.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve, após o seu reconhecimento inicial, ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.6.3. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Celesc G aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda será reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.6.3.1. Política Contábil Anterior p/ Impairment Ativos Financeiros

No exercício anterior, a Celesc G avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

4.7. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor.

4.8. Imposto de Renda e Contribuição Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.9. Depósitos Judiciais

A Empresa mantém registrado nesta rubrica valores, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios).

4.10. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.11. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

4.11.1. Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 16). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.12. *Impairment* de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.13. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.13.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.13.2. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada, liquidação de energia no âmbito da CCE e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

São reconhecidas ao valor faturado deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc G não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.13.3. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Celesc G possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado – VJR.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Celesc G, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.13.4. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida à Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.14. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.15. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.15.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.15.2. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são

reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

4.15.3. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Empresa, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.17. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.18. Capital Social

O Capital Social da Empresa atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 250.000.000,00 e está classificado no Patrimônio Líquido.

4.19. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A Empresa reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) a Empresa não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida são transferidos ao comprador/consumidor.

4.19.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

4.19.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes adicionais específicos.

4.19.3. Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em que são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.19.4. Receita de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Empresa reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada Usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

4.19.5. Receita Financeira

A Receita Financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Empresa desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Empresa.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito

a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	54.668	-	-	-	-	54.668
Contas a Receber	-	11.974	17.753	-	-	-	29.727
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	IPCA	2.894	5.705	25.075	104.273	163.640	301.587
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	353	-	353
Total Ativo		69.536	23.458	25.075	107.047	163.640	388.756
Fornecedores	-	7.141	229	160	-	-	7.530
Debêntures	CDI + 2,5%	-	198	34.702	52.248	-	87.148
Debêntures	IPCA + 4,3%	-	33	101	16.668	19.286	36.088
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	-	-	20.546	-	-	20.546
Empregados a disposição	-	1.225	-	-	-	-	1.225
Total Passivo		8.366	460	55.509	68.916	19.286	152.537

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Conformidade

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

c) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc G, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

d) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

e) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Empresa perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc G pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc G monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo de curto e longo prazo, e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures	18 – letra a	123.236	122.541
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(54.668)	(137.640)
Dívida Líquida		68.568	(15.099)
Total do Patrimônio Líquido		568.987	514.777
Total do Capital		637.555	499.678
Índice de Alavancagem Financeira (%)		10,8%	-3,0%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Empresa aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020. A Celesc G não possui passivos mensurados a valor justo nessa data-base.

Descrição – Nível 3	31.12.2020	31.12.2019
Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Total do Ativo	2.421	2.421

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Para o Ativo Financeiro Indenizável - Concessão, avaliados a VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	386.335	2.421	-	388.756
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.668	-	-	54.668
Contas a Receber de Clientes	29.727	-	-	29.727
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	301.587	-	-	301.587
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	353	-	-	353
Passivo	-	-	152.537	152.537
Fornecedores	-	-	7.530	7.530
Debêntures	-	-	123.236	123.236
Dividendos e JCP	-	-	20.546	20.546
Empregados a disposição	-	-	1.225	1.225

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2019.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	446.835	2.421	-	449.256
Caixa e Equivalentes de Caixa	137.640	-	-	137.640
Contas a Receber de Clientes	18.116	-	-	18.116
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.710	-	-	290.710
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	369	-	-	369
Passivo	-	-	148.563	148.563
Fornecedores	-	-	7.109	7.109
Debêntures	-	-	122.541	122.541
Dividendos e JCP	-	-	17.637	17.637
Empregados a disposição	-	-	1.276	1.276

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Contas a Receber de Clientes	31.12.2020	31.12.2019
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	29.727	18.116
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	44.186	39.289
Total	73.913	57.405

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Recursos em Banco e em Caixa	83	117
Aplicações Financeiras	54.585	137.523
Total	54.668	137.640

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2020	31.12.2019
Consumidores (i)	2.941	-	6.385	9.326	8.921
Industrial	1.775	-	6.385	8.160	7.725
Industrial – Não Faturado	603	-	-	603	531
Comercial	563	-	-	563	665
Suprimento a Outras Concessionárias	26.786	-	37.801	64.587	48.484
Concessionárias e Permissionárias (ii)	924	-	-	924	2.153
Concessionária e Permissionárias - Não Faturado (iii)	8.109	-	-	8.109	6.735
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	17.753	-	37.801	55.554	39.596
Total	29.727		44.186	73.913	57.405
PECLD com Clientes (b)				(44.186)	(39.289)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				29.727	18.116
Circulante				29.727	18.116

A reapresentação mencionada nos valores de 2019 é qualitativa, para fins de comparabilidade com os valores de 2020, sem qualquer alteração quantitativa.

(i) Consumidores

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais e Comerciais. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(ii) Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo no ACL e no ACR e leilões de venda de energia de curto prazo para Distribuidoras e Comercializadoras. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(iii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE, a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de aproximadamente 40 dias, excluídas as inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A movimentação no ano de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias (i)	Total
Saldo em 31.12.2018	6.385	29.035	35.420
Provisão Constituída no Período	-	8.137	8.137
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(4.268)	(4.268)
Saldo em 31.12.2019	6.385	32.904	39.289
Provisão Constituída no Período	-	6.859	6.859
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(1.962)	(1.962)
Saldo em 31.12.2020	6.385	37.801	44.186

A Celesc G, após análise das prerrogativas previstas no IFRS 9/CPC 48, e com base no histórico de perdas no recebimento de créditos, considera que os valores de perdas provisionadas atendem à norma contábil.

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$37.801 em 31 de dezembro de 2020, sendo que, ao longo deste exercício, foram revertidos R\$1.962 devido ao seu recebimento.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	3.755	1.938
IRPJ /CSLL	223	635
Total	3.978	2.573
Circulante	223	635
Não Circulante	3.755	1.938

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

11. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do Ativo Financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746, de 28 de julho de 2020;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Saldo em 31.12.2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Atualização Monetária	1.569	2.248	1.720	1.028	4.223	10.788
Juros	4.926	7.156	5.286	3.689	11.616	32.673
Amortização/Baixa	(5.082)	(7.340)	(5.445)	(3.735)	(12.167)	(33.769)
Saldo em 31.12.2019	42.360	60.730	46.387	27.948	113.285	290.710
Circulante						32.597
Não Circulante						258.113
Atualização Monetária	1.759	2.522	1.930	1.152	4.736	12.099
Juros	5.046	7.336	5.417	3.786	11.886	33.471
Amortização/Baixa	(5.221)	(7.540)	(5.595)	(3.838)	(12.499)	(34.693)
Saldo em 31.12.2020	43.944	63.048	48.139	29.048	117.408	301.587
Circulante						33.674
Não Circulante						267.913

12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Com a Audiência Pública 03/2019 realizada pela ANEEL, que teve como objetivo alterar a REN nº 596/2013, em face da inaplicabilidade da base de referência de custos unitários prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 7.805 de 2012, aos investimentos realizados ao longo da concessão, e considerando que permanecia sem conclusão até o final do exercício, acredita-se que os valores

apresentados na tabela abaixo deverão ser novamente requeridos ao poder concedente, por meio de novo procedimento a ser estabelecido.

Usinas	31.12.2020	31.12.2019
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13. PARTES RELACIONADAS

13.1. Saldos e Transações

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018.

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo são:

a) A tabela abaixo apresenta os saldos e transações no período.

Descrição	Ativo				Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Tributos a Recuperar	Outros	Fornecedores	Tributos a Recolher	Outros
Celesc Distribuição S.A.						
Mútuos (i)	-	-	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	1.276
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	-	233	-	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	488	-	-	-
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	1.938	-	-	17	-
Saldo em 31.12.2019	-	1.938	488	233	17	1.276
Celesc Distribuição S.A.						
Mútuos (i)	91.832	-	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	1.225
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	-	245	-	-
Consumo de Energia Elétrica	-	-	-	4	-	-
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	3.755	-	-	59	-
Saldo em 31.12.2020	91.832	3.755	-	249	59	1.225

(i) Contrato de Mútuo

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019, de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3. Até 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos R\$1,83 milhões de juros remuneratórios.

A movimentação no resultado do exercício é:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais			Receita	
	Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Consumo de Energia Elétrica	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Celesc Distribuição S.A.	2.409	14.323	-	5.652	2.987
Saldo em 31.12.2019	2.409	14.323	-	5.652	2.987
Celesc Distribuição S.A.	2.459	14.200	29	1.832	3.407
Saldo em 31.12.2020	2.459	14.200	29	1.832	3.407

13.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme regimenta o Estatuto Social da Celesc G, a estrutura e a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva, serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes da controladora Celesc, sendo vedada a remuneração destes membros pela Celesc G. Dessa forma, não houve remuneração aos administradores.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Rondinha Energética S.A.	14.533	13.233
Cia Energética Rio das Flores	12.793	13.515
Xavantina Energética S.A.	10.186	9.889
Garça Branca S.A.	18.195	18.244
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	23.209	6.134
Ágio na Aquisição de Investimentos	282	282
Total	79.198	61.297

a) Informações sobre Investimentos

A estrutura societária formada com parcerias é a seguinte:

Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional Líquida	Lucro (Prejuízo) Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante					
Saldo em 31.12.2019								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	56.973	14.756	42.217	10.328	1.016
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	64.164	11.554	52.610	11.565	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	38.264	13.542	24.722	9.330	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	63.842	27.059	36.783	5.218	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	2.650	10,00%	10,00%	1.585.189	1.523.846	61.343	668.900	32.028
Saldo em 31.12.2020								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	54.652	9.936	44.716	10.223	2.712
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	59.662	9.819	49.843	12.185	7.775
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	38.065	12.601	25.464	10.305	736
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	62.655	25.672	36.983	4.454	(719)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	2.650	10,00%	10,00%	1.784.077	1.551.985	232.092	452.661	74.871

b) Movimentação de Investimentos

Descrição	Rondinha	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	EDP Transmissão	Total
Saldo em 31.12.2018	13.390	12.215	9.727	17.765	2.936	56.033
Integralizações	-	-	200	1.276	-	1.476
Dividendos Recebidos	(487)	(262)	-	-	89	(660)
Resultado de Equivalência Patrimonial	330	1.844	(38)	(797)	3.109	4.448
Saldo em 31.12.2019	13.233	13.797	9.889	18.244	6.134	61.297
Integralizações	-	-	-	363	10.000	10.363
Dividendos Recebidos	487	(2.998)	-	-	-	(2.511)
Resultado de Equivalência Patrimonial	813	2.276	297	(412)	7.075	10.049
Saldo em 31.12.2020	14.533	13.075	10.186	18.195	23.209	79.198

c) Ágio na Aquisição de Investimentos

O saldo de ágio na aquisição dos investimentos refere-se à SPE Rio das Flores, no valor de R\$282 mil.

d) Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda,

conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2020, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 9,97%, é de R\$19,5 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$12,8 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Quantidade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda no ACL a R\$267,00/MWh, a valores de 2019, corrigido pelo IGP-M, até 2026. A partir de 2027 o preço será de R\$ 289,35/MWh, corrigido anualmente pelo IPCA.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R\$210,00/MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R\$185,00/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$ 8.232.320,73), sendo R\$ 2.532.284,38 vencendo no curto prazo e R\$ 5.700.036,35 no longo prazo, com custo financeiro médio de 9,64% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.

15. IMOBILIZADO

15.1. Aquisição

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$27,1 milhões foram gastos com equipamentos hidromecânicos, turbinas, geradores, projeto civil, ambiental, elétrico e mecânico, mobilização e canteiro de obras, fabricação do elevador da Usina Celso Ramos; R\$1,8 milhões foram aplicados na turbina hidráulica, módulo ethercat e manutenção do rotor da Usina Salto; R\$744 mil referem-se ao serviço de desenvolvimento de *software* e *drone* com câmera integrada para a Adm. Central; R\$414 mil foram alocados na reforma do gerador 02, barco de alumínio, esteira e guia porta cabos, sensor de pressão submersível, poste e portão da Usina Pery; R\$381 mil foram aplicados no cabo de aço, sistema de exaustão, serviço de manutenção eletromecânica, automação da Usina Rio dos Cedros; R\$203 mil foram alocados no serviço de engenharia consultiva da Usina Caveiras; R\$172 mil referem-se a cabos de força da UG-01, serviço de manutenção eletromecânica e sonda de pressão hidrostática da Usina Bracinho e R\$84 mil foram alocados em cabo de aço, módulo Pam IHM, bateria estacionária, poste e portão da Usina Palmeiras.

15.2. Composição do Saldo

Descrição	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.059	1.474	308	30.235	439.040
Provisão p/ Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	(3)	84	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.452)	(1.000)	(329)	-	(235.125)
Saldo em 31.12.2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Adições	-	-	-	-	-	-	9.564	9.564
Depreciação	-	(382)	(768)	(3.332)	(102)	(8)	-	(4.592)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	5.731	914	2.215	2.907	2	(58)	-	11.711
Baixas – Saldo Bruto	-	(806)	(3)	(591)	(46)	-	(1.841)	(3.287)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	761	3	471	46	1	-	1.282
Baixas – Provisão p/ Perdas	-	45	-	Atalhar26	-	-	-	71
(+/-) Transferências	-	-	274	3.684	-	-	(3.958)	-
Saldo em 31.12.2019	9.610	13.051	31.565	86.183	371	(2)	34.000	174.778
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	170.152	1.428	308	34.000	445.317
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	(1)	26	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.524)	(17.878)	(80.313)	(1.056)	(336)	-	(238.435)
Saldos em 31.12.2019	9.610	13.051	31.565	86.183	371	(2)	34.000	174.778
Adições	-	-	-	-	-	-	30.440	30.440
Depreciação	-	(424)	(903)	(3.707)	(163)	(8)	-	(5.205)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	(1.163)	1.348	287	878	1	52	-	1.403

Baixas – Saldo Bruto	-	-	-	-	(129)	-	(3)	(132)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	-	-	-	129	-	-	129
(+/-) Transferências	-	-	-	950	464	-	(1.414)	-
Saldos em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.304	673	42	63.023	201.413
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.102	1.763	308	63.023	475.625
Provisão p/ Perdas	(4.427)	(23.138)	(436)	(2.778)	-	78	-	(30.701)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.948)	(18.781)	(84.020)	(1.090)	(344)	-	(243.511)
Saldos em 31.12.2020	8.447	13.975	30.949	84.304	673	42	63.023	201.413
Taxa Média de Depreciação	0,00%	3,12%	2,39%	3,09%	12,44%	3,82%	0,00%	

(i) Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio em 2020, R\$27,1 milhões foram gastos com equipamentos hidromecânicos, turbinas, geradores, projeto civil, ambiental, elétrico e mecânico, mobilização e canteiro de obras, fabricação do elevador da Usina Celso Ramos; R\$1,8 milhões foram aplicados na turbina hidráulica, módulo ethercat e manutenção do rotor da Usina Salto; R\$744 mil referem-se ao serviço de desenvolvimento de software e drone com câmera integrada para a Adm. Central; R\$414 mil foram alocados na reforma do gerador 02, barco de alumínio, esteira e guia porta cabos, sensor de pressão submersível, poste e portão da Usina Pery; R\$381 mil foram aplicados no cabo de aço, sistema de exaustão, serviço de manutenção eletromecânica, automação da Usina Rio dos Cedros; R\$203 mil foram alocados no serviço de engenharia consultiva da Usina Caveiras; R\$172 mil referem-se a cabos de força da UG-01, serviço de manutenção eletromecânica e sonda de pressão hidrostática da Usina Bracinho e R\$84 mil foram alocados em cabo de aço, módulo Pam IHM, bateria estacionária, poste e portão da Usina Palmeiras.

15.3. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2020, foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$5,3 milhões e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$6,7 milhões.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado, considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base de dezembro de 2020.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 anos, vigendo a partir de julho de 2017, em virtude do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação, não sendo considerados os investimentos com ampliações. Os valores foram atualizados pelo IPCA e ajustados pelas reduções da garantia física do parque gerador.

Em virtude do regramento estabelecido no contrato de concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito à indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model* – *CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 10,36%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2020, estão demonstrados a seguir:

Usina	Saldo Líquido Antes do Teste de Impairment	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
CGH Caveiras	5.138	(2.498)	(5.138)	-	(5.138)
PCH Celso Ramos	6.166	11.634	-	5.468	5.468
CGH Ivo Silveira	158	(5.594)	(158)	-	(158)
UHE Pery	119.116	126.735	-	1.238	1.238
CGH Pirai	-	(14.843)	-	-	-
CGH Rio do Peixe	-	(10.356)	-	-	-
CGH São Lourenço	7	(14.801)	(7)	-	(7)
UHE Palmeiras	64	140.368	-	-	-
UHE Bracinho	2.468	81.886	-	-	-
UHE Garcia	1.576	72.980	-	-	-
UHE Cedros	264	65.211	-	-	-
UHE Salto	1.296	23.284	-	-	-
CGH Marumim	-	-	-	-	-
Total	136.253	474.006	(5.303)	6.706	1.403

15.4. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	5,3
Veículos	12,4
Móveis e Utensílios	6,3

Operação	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,4
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,1
Veículos	10,6
Móveis e Utensílios	1,4

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

15.5. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	132.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.297	48.225
Outros	13.826	13.956
Total	206.407	206.465

16. INTANGÍVEL

Descrição	Softwares Adquiridos	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2018	1.510	70	1.435	3.015
Custo Total	6.495	70	1.435	8.000
Amortização Acumulada	(4.985)	-	-	(4.985)
Saldo em 31.12.2018	1.510	70	1.435	3.015
Adições	-	-	356	356
Amortizações	(756)	-	-	(756)
Saldo em 31.12.2019	754	70	1.791	2.615
Custo Total	6.495	70	1.791	8.356
Amortização Acumulada	(5.741)	-	-	(5.741)
Saldo em 31.12.2019	754	70	1.791	2.615
Adições	-	-	618	618
Amortizações	(831)	-	-	(831)
Transferências	909	-	(909)	-
Saldo em 31.12.2020	832	70	1.500	2.402
Custo Total	7.404	70	1.500	8.974
Amortização Acumulada	(6.572)	-	-	(6.572)
Saldo em 31.12.2020	832	70	1.500	2.402
Taxa Média de Amortização	17,74%	0,00%	0,00%	

17. FORNECEDORES

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Encargos de Uso da Rede Elétrica	245	233
Materiais e Serviços	7.285	6.876
Total	7.530	7.109

18. DEBÊNTURES

18.1. Debêntures 2018

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu, 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R\$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de cinco anos, contados da data de sua emissão, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagos R\$24,8 milhões de remuneração e R\$61,8 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, têm como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessas relações, respectivamente, foram de 0,92 e 0,65, cumprindo, assim, tais obrigações.

18.2. Debêntures 2020

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$37 milhões com atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado

mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de dez anos, contados da data de sua emissão, e juros remuneratórios de 4,30% a.a. até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciará em junho de 2021 e a amortização será iniciada em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessa relação foi de 0,65, cumprindo, assim, tal obrigação.

a) Movimentação das Debêntures

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2018	148.819
Encargos provisionados	11.859
Pagamentos Encargos	(12.157)
Pagamento Principal	(26.470)
Custos na Emissão de Debêntures	490
Saldo em 31.12.2019	122.541
Circulante	35.489
Não Circulante	87.052
Ingressos	35.659
Encargos provisionados	5.699
Pagamentos Encargos	(6.064)
Pagamento Principal	(35.295)
Custos na Emissão de Debêntures	490
Juros s/ Obras em andamento	206
Saldo em 31.12.2020	123.236
Circulante	35.034
Não Circulante	88.202

b) Custos na Emissão de Debêntures a Apropriar

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Ano 2020	-	492
Ano 2021	626	492
Ano 2022	626	492
Ano 2023	330	196
Ano 2024	134	-
Ano 2025	134	-
Ano 2026	134	-
Ano 2027	134	-
Ano 2028	134	-
Ano 2029	134	-
Ano 2030	126	-
Total	2.512	1.672

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2018	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento de Juros (i)	Variações que não afetam o Caixa	31.12.2019
Debêntures	148.819	-	(26.470)	(26.470)	(12.157)	12.349	122.541
Dividendos e JCP	19.147	-	(21.581)	(21.581)	-	20.071	17.637
Total	167.966	-	(48.051)	(48.051)	(12.157)	32.420	140.178

Descrição	31.12.2019	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento de Juros (i)	Variações que não afetam o Caixa (ii)	31.12.2020
Debêntures	122.541	35.659	(35.295)	364	(6.064)	6.395	123.236
Dividendos e JCP	17.637	-	(21.164)	(21.164)	-	24.073	20.546
Total	140.178	35.659	(56.459)	(20.800)	(6.064)	30.468	143.782

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados de Debêntures totalizaram R\$6.395, sendo R\$490 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2020 e R\$206 referente a juros sobre obras em andamento.

19. TRIBUTOS

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e IRRF s/ JCP

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
IRPJ	9.790	7.537
CSLL	3.292	2.715
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	3.626	2.040
Total a Recolher	16.708	12.292
(-) Tributos a Recuperar	(223)	(635)
Tributos Líquidos	16.485	11.657

19.2. Outros Tributos

O Ministério de Economia emitiu as Portarias nºs 139 e 245/2020 prorrogando o prazo para recolhimento do PIS e COFINS das competências de abril e maio de 2020, em decorrência da pandemia relacionada ao COVID-19. O curso normal das operações aconteceu a partir do terceiro trimestre de 2020.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	59	17
PIS e COFINS	1.139	926
Outros	228	461
Total a Recolher	1.426	1.404
(-) Tributos a Recuperar	(3.755)	(1.938)
Tributos Líquidos	(2.329)	(534)

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão p/ Contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
- (iv) Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (v) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Ativo	18.098	17.341
Passivo	(42.567)	(36.937)
Tributo Diferido Líquido	(24.469)	(19.596)

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão p/ Contingências	167	414	-	-	167	414
Provisão p/ Perdas em Ativos	4.613	5.273	-	-	4.613	5.273
Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa – PECLD	13.318	11.654	-	-	13.318	11.654
Custo Atribuído	-	-	7.515	7.806	(7.515)	(7.806)
Bonificação de Outorga	-	-	35.052	29.131	(35.052)	(29.131)
Total	18.098	17.341	42.567	36.937	(24.469)	(19.596)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem, quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da Bonificação de Outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em virtude do direito incondicional da Celesc G de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas. As estimativas de realização para o saldo total do ativo de 31 de dezembro de 2020 são:

Anos	31.12.2020	31.12.2019
2021	164	298
2022	108	121
2023	108	121
2024	108	248
Acima de 2025	17.610	16.553
Total	18.098	17.341

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído com os valores de tributos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2018	15.706
(-) Baixa do Custo Atribuído	(838)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	285
Saldo em 31.12.2019	15.153
(-) Baixa do Custo Atribuído	(855)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	291
Saldo em 31.12.2020	14.589

d) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	105.914	102.633
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL	(36.011)	(34.895)
Adições e Exclusões Permanentes		
Equivalência Patrimonial	3.417	1.512
Juro sobre o Capital Próprio	8.219	4.623
Benefício Fiscal	(179)	(212)
Incentivos Fiscais	525	603
Multas Indedutíveis	-	(26)
Outras Adições (Exclusões)	24	24
Total do IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(24.005)	(28.371)
Corrente	(19.132)	(18.918)
Diferido	(4.873)	(9.453)
Alíquota Efetiva	22,66%	27,64%

21. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	232	153
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (ii)	108	23
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (iii)	3.629	3.141
Total	3.969	3.317
Circulante	1.249	965
Não Circulante	2.720	2.352

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a Celesc G apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Contingências	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	259	277	160	520
Regulatórias	17	17	-	-
Cíveis	75	75	326	698
Tributárias	2	-	4	-
Total	353	369	490	1.218

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos
Saldo em 31.12.2018	354	989
Constituição	15	289
Baixas	-	(60)
Saldo em 31.12.2019	369	1.218
Constituição	2	4
Baixas	(18)	(732)
Saldo em 31.12.2020	353	490

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, regulatórios e tributários em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados à disposição da Celesc G e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

b) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, dentre outros, ações para constituição de faixa de servidão administrativa, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G.

c) Contingências Tributárias

Refere-se à contingência de ordem tributária na esfera municipal, associada à notificação fiscal expedida pela Prefeitura de Joinville, cobrando supostos débitos de IPTU.

c) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

As contingências passivas trabalhistas estão relacionadas a processos movidos por empregados e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras. O processo mais relevante, com estimativa de perda no montante de R\$720 mil, refere-se à interposição da Ação de Indenização por Danos Morais, relacionado a empregado de empresa prestadora de serviço subcontratada pela Celesc G as obras de ampliação da Usina Pery.

Constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc G discute com agentes setoriais (CCEE) matérias associadas às medidas liminares acerca do GSF em processos onde a Celesc G recorreu na esfera judicial.

A tabela a seguir demonstra a composição e estimativa dos valores de perdas possíveis:

Contingências	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	825	863
Cíveis	200	-
Regulatórias	18.703	16.741
Total	19.728	17.604

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, da Celesc G é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em 31 de dezembro de 2020, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões, duzentos e oito mil e setecentos e sessenta) ações

ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social da Celesc G, aumentando o valor do Capital Social Autorizado e Integralizado para R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais),

A integralização será realizada com a incorporação de parte das Reservas de Retenção de Lucros de anos anteriores, sem qualquer emissão de novas ações.

Seguindo o rito natural deste ato societário, a proposta deverá ser apreciada em Assembleia de Acionistas em sua reunião Ordinária e Extraordinária a se realizar no corrente ano.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc G, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2020 foi:

Descrição	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	31.12.2020	31.12.2019
				Total	Total
Natureza dos Créditos					
Realização do Custo Atribuído	855	214	77	564	553
Total	855	214	77	564	553

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o Exercício de 2020 é de 30%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, observadas suas limitações.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido do Exercício	81.909	74.262
(-) Constituição de Reservas Legal	(4.096)	(3.713)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	77.813	70.549
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 30%)	23.344	21.164
JCP (Líquido)	20.546	11.557
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-	6.080
Total de Dividendos e JCP Mínimos Obrigatórios	20.546	17.637
Dividendos Complementares à Disposição da AGO (5%)	2.798	3.527
Total de Dividendos e JCP do Exercício	23.344	21.164

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos e JCP a Distribuir do Exercício (25%)	20.546	17.637
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	3.527	2.434
Total dos Dividendos do Exercício	24.073	20.071

24. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Seguro Garantia	Garantia de Aproveitamento Hidrelétrico da US Caveiras	25.11.2020 a 25.11.2022	307

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

25. RECEITAS

25.1. Mercado, Preço da Energia e Receita

A venda da energia elétrica é realizada tanto no Ambiente de Contratação Livre – ACL quanto no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e a comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN é operacionalizada, contabilizada e regulada por meio da CCEE.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	170.674	164.411
Fornecimento de Energia Elétrica	35.227	31.388
Fornecimento de Energia Elétrica – Não Faturado	27	(909)
Suprimento de Energia Elétrica	65.007	71.813
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	1.373	(77)
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.470	18.735
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	45.570	43.461
Deduções da Receita Operacional Bruta	(17.835)	(15.803)
PIS	(2.466)	(2.427)
COFINS	(11.359)	(11.180)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(791)	(277)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.267)	(1.028)
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	(952)	(891)
Receita Operacional Líquida – ROL	152.839	148.608

Receita Operacional Bruta – ROB

Descrição	Nº de consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Industrial	8	8	128.964	103.898	27.782	22.120
Comercial, Serviços e Outros	1	1	45.065	52.809	7.472	8.359
Total do Fornecimentos	9	9	174.029	156.707	35.254	30.479
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	42.543	43.613	23.470	18.735
Suprimento de Energia	58	55	453.977	492.076	66.380	71.736
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	45.570	43.461
Total	67	64	670.549	692.396	170.674	164.411

(i) Informações não auditadas

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A vigência do reajuste da RAG foi de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, a ANEEL homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$) Ciclo 2020/2021	Receita Mensal (R\$) Ciclo 2020/2021
UHE Pery	10.474.530,55	872.877,55
UHE Garcia	10.821.565,74	901.797,14
UHE Bracinho	13.725.718,15	1.143.809,85
UHE Cedros	9.808.376,89	817.364,74
UHE Palmeiras	21.243.017,34	1.770.251,44
UHE Salto	6.739.359,83	561.613,32

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31.12.2020

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	19.001	-	-	-	19.001
Pessoal	2.367	580	11.253	-	14.200
Material	418	-	65	-	483
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.459	-	-	-	2.459
Custos e Serviços de Terceiros	4.857	516	2.727	-	8.100
Depreciação e Amortização	5.033	-	1.003	-	6.036
Seguros	222	-	-	-	222
Provisões Líquidas (b)	-	4.897	-	(2.132)	2.765
Tributos	(275)	66	99	-	(110)
Aluguéis	-	-	287	-	287
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	525	525
Outros Custos e Despesas	-	-	-	(58)	(58)
Total	34.082	6.059	15.434	(1.665)	53.910

31.12.2019

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	19.752	-	-	-	19.752
Pessoal	953	955	12.415	-	14.323
Material	267	-	105	-	372
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.409	-	-	-	2.409
Custos e Serviços de Terceiros	6.930	612	2.303	-	9.845
Depreciação e Amortização	4.482	-	866	-	5.348
Seguros	230	-	-	-	230
Provisões Líquidas (b)	-	3.869	-	(14.903)	(11.034)
Tributos	(307)	171	103	-	(33)
Aluguéis	-	-	411	-	411
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	624	624
Outros Custos e Despesas	1.690	-	84	3.431	5.205
Total	36.406	5.607	16.287	(10.848)	47.452

a) Energia Elétrica Comprada p/ Revenda

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Contratos bilaterais	20.937	21.765
PIS / COFINS	(1.936)	(2.013)
Total	19.001	19.752

(i) Informações não Auditadas

b) Provisões, Líquidas

Em 2020 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$5,3 milhões e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$6,7 milhões (Nota 15).

As provisões judiciais, devido a alterações no risco de perdas em determinados processos judiciais, foi instituída reversão para contingências no valor de R\$733 mil.

Em decorrência das incertezas do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF*, foi constituída PECLD no montante de R\$6.859 mil no ano de 2020, sendo que ao longo deste exercício foram revertidos R\$1.962 devido ao seu recebimento.

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias (i)	Total
Saldo em 31.12.2018 (Reclassificado)	6.385	29.035	35.420
Provisão Constituída no Período	-	8.137	8.137
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(4.268)	(4.268)
Saldo em 31.12.2019	6.385	32.904	39.289
Provisão Constituída no Período	-	6.859	6.859
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(1.962)	(1.962)
Saldo em 31.12.2020	6.385	37.801	44.186

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras	3.357	9.586
Renda de Aplicação Financeira	1.601	4.136
Juros do Contrato de Mútuo	1.832	5.652
Multas Contratuais	80	220
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	4	32
Outras Receitas Financeiras	(160)	(454)
Despesas Financeiras	(6.421)	(12.557)
Juros s/ as Debêntures	(5.699)	(11.859)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(24.172)	(13.597)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio – JCP	24.172	13.597
Custos na Emissão de Debêntures	(490)	(490)
Atualização do P&D	(87)	(159)
Outras Despesas Financeiras	(145)	(49)
Resultado Financeiro	(3.064)	(2.971)

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Cálculos da Compensação de Repactuação do GSF

No dia 04 de março de 2021 a CCEE, em webinar, apresentou os cálculos da compensação de repactuação do GSF e as extensões das outorgas das usinas que aderirem à repactuação do risco hidrológico no ACL.

Na Celesc G os cálculos apresentados pela CCEE, aferem às usinas contempladas, os seguintes prazos de extensão de concessão:

Nome da Usina	Extensão do Prazo de Concessão (Dias) - EXT_UHE (usina)	Margem Líquida da Usina (R\$/MWh) - ML_UHE (usina)	Valor Futuro do Impacto Financeiro (R\$) - VF_IPT_UHE (usina)	Impacto Financeiro (R\$) - IPT_UHE (usina)	Data Fim de Concessão (usina)	Número de Anos até o Fim da Concessão (anos) - NAUHE (usina)	Meses
UHE GARCIA	214,9052	5.958.085,30	3.260.178,24	324.445,58	05/01/2046	25,096774	7,1635
UHE BRACINHO	232,6780	7.401.989,76	4.375.507,24	403.025,38	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE CEDROS	232,7055	5.677.662,60	3.356.599,16	309.174,36	08/11/2046	25,938172	7,7569
PCH CELSO RAMOS	1.530,6463	3.196.026,09	10.617.891,92	2.848.936,20	22/03/2035	14,30914	51,0215
UHE PALMEIRAS	232,6781	14.046.957,84	8.303.524,47	764.832,72	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE SALTO	232,7059	3.356.129,45	1.984.125,56	182.756,63	08/11/2046	25,938172	7,7569

A ANEEL tem o prazo de 30 dias para analisar e homologar os cálculos, a partir daí as geradoras tem o prazo de 60 dias para desistência e renúncia de ações judiciais e pedido para extensão do prazo de outorga.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A – Celesc G., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 8 de março de 2021.

Luiz Felipe Ferreira
Presidente

Ilana Luiza Ferreira Marujo

Leandro Carron Rigamontte

Márcio Ferreira

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.; Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484 de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, a partir de 13 de agosto de 2020, é composto pelo Conselheiro de Administração Sr. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior (Coordenador do Comitê), e pelos Srs. Thiago Sá Fortes Regis, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Antônio Carlos Siegner Laporta, Octavio René Lebarbenchon Neto, conforme previsto na legislação brasileira.

A atual composição do CAE substituiu os membros antecessores, Srs. Luiz Alberton (Coordenador do Comitê), Aloísio Macário Ferreira de Souza, Marcos Eduardo Teixeira, Marcelo Nome Silva e Sérgio Tadeu Nabas, cujos mandatos vigoraram de 1º de janeiro de 2020 a 12 de agosto de 2020.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308 de 14/05/1999.

2. Resumo das atividades em 2020

No período de janeiro a dezembro de 2020, o CAE da Celesc realizou 14 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditor Interno, Auditores Independentes, Advogados Internos e Diretoria Executiva da Fundação de Seguridade Social – Celos, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019. Neste período foram, também, aprovada se encaminhadas ao Conselho de Administração, as Informações Trimestrais – ITRs do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2020, da Companhia.

As recomendações do CAE estão expressas a seguir.

O CAE acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao relatório emitido pela Auditoria Independente PwC do exercício de 2019.

Teve ciência do status dos planos de ação relativos ao exercício de 2018 com prazos definidos até 12/2019, sendo que alguns apresentavam atraso, e solicitou que a Auditoria Interna continuasse fazendo o acompanhamento da implantação e o reporte nas reuniões.

Acompanhou também as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance nos controles internos que impactam as demonstrações financeiras. Teve conhecimento dos testes de efetividade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação dos testes efetivos e não efetivos.

Quanto a atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos da Celesc 2020, impactada pela pandemia causada pela COVID-19, o CAE também acompanhou e fez suas recomendações.

Quanto ao impacto da Mitigação dos Riscos Estratégicos, o CAE recomendou adequado tratamento e reporte dos atrasos na implementação de alguns planos de ação, especialmente naqueles riscos que trazem impactos significativos à Companhia e aprimoramento na avaliação destes impactos.

Relativo ao programa de Gestão de Riscos Corporativos o CAE acompanhou, por meio de apresentações trimestrais com o status dos planos de ação, reiterando a solicitando de atenção àqueles que se encontram em atraso e na avaliação de seus impactos.

O CAE acompanhou durante o exercício de 2020 a atualização dos documentos normativos da Companhia.

A Fundação de Seguridade Social – Celos, por meio de sua Diretoria e Gerências, apresentou nas reuniões de 13 de março, 06 de maio e 10 de junho de 2020, informações sobre a carteira de investimentos e a prestação de contas com atualização do desempenho da carteira do Plano Misto e Plano Transitório e destaques dos investimentos, considerando o impacto da pandemia nos resultados apresentados. O CAE teve conhecimento das carteiras de ativos e suas respectivas rentabilidades.

Ainda em relação a Celos, o CAE tomou ciência na reunião de 10 de junho de 2020 dos seguintes assuntos: redução das despesas em planos de saúde em decorrência da pandemia, mas com previsão de retomada na sua utilização e do mecanismo do processo de reconhecimento de Custeio Administrativo da CELOS.

Os membros do Conselho Fiscal da Celos apresentaram na reunião realizada em 20 de janeiro de 2020 as informações acerca da elaboração do relatório trimestral de controles internos, cumprimento das normas que determinam a aprovação e acompanhamento dos planos de ação por parte do Conselho Deliberativo. O CAE solicitou que sejam verificados se os controles internos estão aderentes as melhores práticas para obter o selo de certificação para fundo de investimentos na Celos.

O CAE reiterou a recomendação à Companhia para contratação de auditoria independente para atendimento da Lei Complementar 108/2001, que determina que os patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar são responsáveis pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

O Comitê apreciou a situação dos investimentos nas participações, tendo a Companhia apresentado os testes de Impairment das participadas na Celesc Geração e a expectativa de rentabilidade futura dos investimentos. O CAE solicitou a apresentação do mesmo estudo de recuperabilidade e rentabilidade nos demais investimentos que estão contabilizados na Celesc Holding, para fins de acompanhamento.

Aprovou as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2019, das subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, apreciadas previamente pelo Conselho Fiscal.

Tomou conhecimento, nas reuniões realizadas em 06 de maio e 03 de julho de 2020, do Relatório de Auditoria do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética da Celesc – BID referente ao exercício 2019, considerado sem ressalvas em relação ao impacto nas Demonstrações Financeiras.

Obteve, também, conhecimento de temas importantes, como: a alteração da metodologia de Perdas Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD; o Relatório de Sustentabilidade Celesc 2019 – GRI - Metodologia da Global Reporting Initiative; as projeções de impactos da COVID-19 nas operações da Companhia; o projeto de mudança do sistema comercial para a solução SAP S/4 Utilities.

O Comitê acompanhou, mensalmente os trabalhos realizados pela auditoria interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2020.

Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do PAAI 2020 e a elaboração do PAAI para o exercício de 2021.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

No exercício de nossas atribuições e responsabilidades, analisamos as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2020 assim como as minutas dos Relatórios dos Auditores Independentes. Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Celesc, Relatório da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes (PwC), somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2020 com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo apenas aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis/SC, 9 de março de 2021.

Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior
Coordenador

Antônio Carlos Siegner Laporta

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Octavio René Lebarbenchon Neto

Thiago Sá Fortes Regis

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. – Celesc G declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 11 de março de 2020.

João Eduardo Noal Berbigier
Presidente

Amir Antônio Martins de Oliveira Junior

Cleicio Poletto Martins

Fabricio Santos Debortoli

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

João Manuel Brito Martins

Leandro Nunes da Silva

Luiz Alberton

Luiz Otavio Assis Henriques

Michelle Silva Wangham

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Geração S.A. – Celesc G declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e com as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Vitor Lopes Guimarães

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Gestão Corporativa

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Marcos Penna

Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Rogéria Rodrigues Machado

Contadora – CRC/SC 024.797/O-0